

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	92
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.690.985
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.690.985</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	4.522
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>4.522</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	110.977.370	108.518.379
1.01	Ativo Circulante	21.610.542	18.827.625
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.611.813	5.517.354
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	83.880	190.238
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	6.527.933	5.327.116
1.01.03	Contas a Receber	8.131.156	8.174.784
1.01.04	Estoques	1.005.374	626.836
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.087.603	3.019.638
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.087.603	3.019.638
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	383.650	514.582
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.703.953	2.505.056
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.883.202	858.257
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	891.394	630.756
1.01.08.03	Outros	891.394	630.756
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	78.326	70.575
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	18.763	5.902
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	158.840	176.242
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	44.369	44.369
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	86.950	82.935
1.01.08.03.06	Bens Destinados a Venda	239.507	0
1.01.08.03.07	Outros Ativos	264.639	250.733
1.02	Ativo Não Circulante	89.366.828	89.690.754
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.221.283	4.300.633
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	42.669	46.051
1.02.01.04	Contas a Receber	383.648	379.898
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	229.853	194.468
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	252	258
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.564.861	3.679.958
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	754.257	824.322
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.593.894	2.608.380
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	54.500	63.514
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	59.460	82.074
1.02.01.10.07	Outros Ativos	102.750	101.668
1.02.02	Investimentos	486.107	478.552
1.02.02.01	Participações Societárias	486.107	478.552
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	333.221	334.119
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	152.152	143.655
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	734	778
1.02.03	Imobilizado	44.293.988	44.335.795
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.632.216	31.244.310
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	11.020.743	10.686.465
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.641.029	2.405.020
1.02.04	Intangível	40.365.450	40.575.774

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	110.977.370	108.518.379
2.01	Passivo Circulante	20.437.601	17.828.902
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	653.248	737.354
2.01.01.01	Obrigações Sociais	416.382	331.952
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	236.866	405.402
2.01.02	Fornecedores	7.748.787	6.636.448
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.308.524	1.590.784
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.710.816	974.446
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.710.816	974.446
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	565.790	582.547
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	31.918	33.791
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.036.535	3.680.828
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	490.635	375.761
2.01.04.02	Debêntures	1.030.156	1.044.668
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	2.515.744	2.260.399
2.01.05	Outras Obrigações	5.249.845	4.770.743
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	121.281	20.747
2.01.05.02	Outros	5.128.564	4.749.996
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.224.759	3.865.998
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	208	8.864
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	514.151	506.778
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	22.155	22.155
2.01.05.02.07	Outros Passivos	367.291	346.201
2.01.06	Provisões	440.662	412.745
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	440.611	412.694
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	9.733	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	181.315	173.190
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	192.403	179.449
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	57.160	60.055
2.01.06.02	Outras Provisões	51	51
2.01.06.02.04	Provisão para Desmantelamento	51	51
2.02	Passivo Não Circulante	20.521.180	21.132.713
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.806.611	9.555.003
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.069	51
2.02.01.02	Debêntures	0	999.908
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	8.786.542	8.555.044
2.02.02	Outras Obrigações	1.879.139	1.849.339
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.000	971
2.02.02.02	Outros	1.878.139	1.848.368
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	66.435	66.116
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	276.618	270.692
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.248	3.675
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	944.806	926.707
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	96.419	96.252
2.02.02.02.08	Outros Passivos	485.613	484.926
2.02.03	Tributos Diferidos	4.701.155	4.414.540

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.701.155	4.414.540
2.02.04	Provisões	4.912.631	5.074.544
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.995.393	3.843.535
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.785.708	1.711.591
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	302.289	299.990
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	734.204	684.678
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.173.192	1.147.276
2.02.04.02	Outras Provisões	917.238	1.231.009
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	397.013	407.764
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	520.225	823.245
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	221.644	239.287
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	221.644	239.287
2.03	Patrimônio Líquido	70.018.589	69.556.764
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	1.106.551	1.182.263
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-186.239	-110.541
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.229.716	1.229.730
2.03.04	Reservas de Lucros	4.741.905	4.737.197
2.03.04.01	Reserva Legal	3.073.334	3.073.334
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	81.053	76.345
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.587.518	1.587.518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	517.427	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	81.290	65.888

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.778.978	10.673.072
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.859.202	-5.430.713
3.03	Resultado Bruto	4.919.776	5.242.359
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.378.619	-3.509.233
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.948.524	-3.042.103
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-642.934	-610.158
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	308.928	242.271
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-95.167	-147.272
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-922	48.029
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.541.157	1.733.126
3.06	Resultado Financeiro	-314.103	-195.824
3.06.01	Receitas Financeiras	114.097	288.338
3.06.02	Despesas Financeiras	-428.200	-484.162
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.227.054	1.537.302
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-284.919	-383.846
3.08.01	Corrente	-2.879	0
3.08.02	Diferido	-282.040	-383.846
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	942.135	1.153.456
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	942.135	1.153.456
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,55839	0,64059
3.99.01.02	PN	0,00000	0,70464
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,55839	0,64059
3.99.02.02	PN	0,00000	0,70464

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	942.135	1.153.456
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.402	24.543
4.02.01	Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	13.500	0
4.02.02	Tributos	-4.590	0
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	6.521	24.599
4.02.04	Perdas não Realizadas em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	-44	-86
4.02.05	Tributos	15	30
4.03	Resultado Abrangente do Período	957.537	1.177.999

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.536.341	4.522.935
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.752.452	5.002.033
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.227.054	1.537.302
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2.903.284	2.743.261
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos e Instrumentos Financeiros Derivativos	-6.078	22.601
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	83.541	88.902
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	922	-48.029
6.01.01.06	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-72.007	-105.133
6.01.01.07	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	352.589	450.782
6.01.01.08	Mudanças em Provisões Passivas	86.143	49.222
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques	6.067	-37.498
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	15.272	15.370
6.01.01.11	Provisões para (Reversões em) Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	-25.858	147.272
6.01.01.12	Despesas de Juros	188.367	139.456
6.01.01.13	Outros	-6.844	-1.475
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-216.111	-479.098
6.01.02.01	Contas a Receber	-312.711	-430.717
6.01.02.02	Estoques	-384.605	-108.949
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-224.860	604.082
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-383.248	-40.189
6.01.02.05	Outros Ativos	-14.490	-95.324
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-79.533	-141.753
6.01.02.07	Fornecedores	1.232.222	-10.522
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	265.287	178.561
6.01.02.09	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	-189.974	-209.535
6.01.02.10	Outros Passivos	113.001	-60.208
6.01.02.11	Juros Pagos	-181.902	-164.544
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-55.298	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.834.040	-1.499.853
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-1.967.794	-2.126.995
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	103.686	652.175
6.02.03	Resgate (Pagamento) Líquido de Depósitos Judiciais	32.075	-25.033
6.02.04	Pagamentos por Aquisições de Sociedades	-2.007	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.607.842	-971.319
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	-1.540.113	-963.958
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	10.915	16.360
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-2.801	-23.721
6.03.04	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-145	0
6.03.05	Pagamentos por Aquisições de Ações para Tesouraria	-75.698	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.094.459	2.051.763
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.517.354	3.106.269



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.611.813	5.158.032

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-75.712	0	-420.000	0	-495.712
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-420.000	0	-420.000
5.04.10	Recuperação de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-75.698	0	0	0	-75.698
5.04.11	Transações de capital	0	-14	0	0	0	-14
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	942.135	15.402	957.537
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	942.135	0	942.135
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	15.402	15.402
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.708	-4.708	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	4.708	-4.708	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.106.551	4.741.905	517.427	81.290	70.018.589

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-420.000	0	-420.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-420.000	0	-420.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.153.456	24.543	1.177.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.153.456	0	1.153.456
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	24.543	24.543
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.685	-4.685	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	4.685	-4.685	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.165.463	5.692.647	728.771	55.280	71.213.577

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	14.168.137	13.820.784
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.042.739	13.894.492
7.01.02	Outras Receitas	477.987	377.074
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-352.589	-450.782
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.163.232	-4.594.163
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.283.686	-2.802.129
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.942.474	-1.932.847
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	62.928	140.813
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.004.905	9.226.621
7.04	Retenções	-2.903.284	-2.743.261
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.903.284	-2.743.261
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.101.621	6.483.360
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	113.175	336.367
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-922	48.029
7.06.02	Receitas Financeiras	114.097	288.338
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.214.796	6.819.727
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.214.796	6.819.727
7.08.01	Pessoal	1.143.285	1.105.494
7.08.01.01	Remuneração Direta	778.738	729.848
7.08.01.02	Benefícios	311.571	324.843
7.08.01.03	F.G.T.S.	52.976	50.803
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.418.230	3.732.592
7.08.02.01	Federais	1.012.241	1.232.861
7.08.02.02	Estaduais	2.338.321	2.440.529
7.08.02.03	Municipais	67.668	59.202
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	711.146	828.185
7.08.03.01	Juros	423.342	478.445
7.08.03.02	Aluguéis	287.804	349.740
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	942.135	1.153.456
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	420.000	420.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	522.135	733.456

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	111.251.184	108.738.378
1.01	Ativo Circulante	21.898.573	19.060.868
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.897.933	5.762.081
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	84.908	191.975
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	6.813.025	5.570.106
1.01.03	Contas a Receber	8.149.685	8.182.667
1.01.04	Estoques	1.012.220	633.100
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.100.501	3.031.570
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.100.501	3.031.570
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	390.202	519.277
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.710.299	2.512.293
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.885.236	859.766
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	852.998	591.684
1.01.08.03	Outros	852.998	591.684
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	80.178	72.379
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	18.763	5.902
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	159.901	177.433
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	86.950	82.935
1.01.08.03.06	Bens Destinados a Venda	239.507	0
1.01.08.03.07	Outros Ativos	267.699	253.035
1.02	Ativo Não Circulante	89.352.611	89.677.510
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.519.507	4.598.367
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	42.887	46.280
1.02.01.04	Contas a Receber	383.648	379.898
1.02.01.07	Tributos Diferidos	137.329	138.641
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	137.329	138.641
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	229.868	194.511
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	465	456
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.725.310	3.838.581
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	754.259	824.324
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.754.285	2.766.945
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	54.500	63.514
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	59.512	82.127
1.02.01.10.07	Outros Ativos	102.754	101.671
1.02.02	Investimentos	152.886	144.433
1.02.02.01	Participações Societárias	152.886	144.433
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	152.152	143.655
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	734	778
1.02.03	Imobilizado	44.308.556	44.352.593
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.642.678	31.255.801
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	11.024.347	10.690.809
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.641.531	2.405.983
1.02.04	Intangível	40.371.662	40.582.117

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	111.251.184	108.738.378
2.01	Passivo Circulante	20.534.295	17.875.084
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	680.442	764.329
2.01.01.01	Obrigações Sociais	437.392	350.138
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	243.050	414.191
2.01.02	Fornecedores	7.776.437	6.613.004
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.329.196	1.609.127
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.726.663	987.093
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.616	1.693
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.724.047	985.400
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	566.624	583.268
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	35.909	38.766
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.038.032	3.682.472
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	490.635	375.761
2.01.04.02	Debêntures	1.030.156	1.044.668
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	2.517.241	2.262.043
2.01.05	Outras Obrigações	5.265.914	4.788.499
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	133.173	33.244
2.01.05.02	Outros	5.132.741	4.755.255
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.224.759	3.865.998
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	208	8.864
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	514.178	506.806
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	22.155	22.155
2.01.05.02.07	Outros Passivos	371.441	351.432
2.01.06	Provisões	444.274	417.653
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	444.223	417.602
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	9.733	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	183.387	176.582
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	193.943	180.965
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	57.160	60.055
2.01.06.02	Outras Provisões	51	51
2.01.06.02.04	Provisão para Desmantelamento	51	51
2.02	Passivo Não Circulante	20.698.300	21.306.530
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.808.020	9.556.694
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.069	51
2.02.01.02	Debêntures	0	999.908
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	8.787.951	8.556.735
2.02.02	Outras Obrigações	1.934.403	1.903.380
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	613	587
2.02.02.02	Outros	1.933.790	1.902.793
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	66.435	66.116
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	326.015	319.358
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.248	3.679
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	951.025	932.426
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	96.419	96.252
2.02.02.02.08	Outros Passivos	485.648	484.962

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.03	Tributos Diferidos	4.701.155	4.414.540
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.701.155	4.414.540
2.02.04	Provisões	5.033.032	5.192.478
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.115.794	3.960.642
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.873.803	1.799.252
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	327.106	323.128
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	741.693	690.986
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.173.192	1.147.276
2.02.04.02	Outras Provisões	917.238	1.231.836
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	397.013	408.591
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	520.225	823.245
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	221.690	239.438
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	221.690	239.438
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	70.018.589	69.556.764
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	1.106.551	1.182.263
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-186.239	-110.541
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.229.716	1.229.730
2.03.04	Reservas de Lucros	4.741.905	4.737.197
2.03.04.01	Reserva Legal	3.073.334	3.073.334
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	81.053	76.345
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.587.518	1.587.518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	517.427	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	81.290	65.888

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.848.939	10.824.667
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.900.471	-5.471.027
3.03	Resultado Bruto	4.948.468	5.353.640
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.396.796	-3.590.982
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.959.480	-3.045.407
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-652.228	-623.577
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	307.018	224.072
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-94.082	-146.628
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.976	558
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.551.672	1.762.658
3.06	Resultado Financeiro	-314.575	-194.499
3.06.01	Receitas Financeiras	117.421	296.139
3.06.02	Despesas Financeiras	-431.996	-490.638
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.237.097	1.568.159
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-294.962	-414.703
3.08.01	Corrente	-11.610	-22.379
3.08.02	Diferido	-283.352	-392.324
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	942.135	1.153.456
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	942.135	1.153.456
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	942.135	1.153.456
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	942.135	1.153.456
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.402	24.543
4.02.01	Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	13.500	0
4.02.02	Tributos	-4.590	0
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	6.521	24.599
4.02.04	Perdas não Realizadas em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	-44	-86
4.02.05	Tributos	15	30
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	957.537	1.177.999
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	957.537	1.177.999

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.577.815	4.557.978
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.781.213	5.077.281
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.237.097	1.568.159
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2.905.287	2.744.690
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos e Instrumentos Financeiros Derivativos	-6.078	22.601
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	84.551	89.742
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.976	-558
6.01.01.06	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-71.510	-105.133
6.01.01.07	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	363.902	454.726
6.01.01.08	Mudanças em Provisões Passivas	91.602	40.229
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques	6.173	-37.498
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	15.772	15.698
6.01.01.11	Provisões para (Reversões em) Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	-24.329	146.628
6.01.01.12	Despesas de Juros	188.392	139.473
6.01.01.13	Outros	-7.670	-1.476
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-203.398	-519.303
6.01.02.01	Contas a Receber	-334.670	-430.471
6.01.02.02	Estoques	-385.293	-108.725
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-226.092	605.579
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-383.744	-40.174
6.01.02.05	Outros Ativos	-15.392	-77.821
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-79.319	-144.262
6.01.02.07	Fornecedores	1.278.646	-43.136
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	272.529	174.995
6.01.02.09	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	-191.690	-212.317
6.01.02.10	Outros Passivos	111.480	-58.113
6.01.02.11	Juros Pagos	-181.911	-164.561
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-67.942	-20.297
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.833.822	-1.500.600
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-1.968.779	-2.127.746
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	103.686	652.175
6.02.03	Resgate (Pagamento) Líquido de Depósitos Judiciais	31.271	-25.029
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.608.141	-971.461
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento	-1.540.412	-964.100
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	10.915	16.360
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-2.801	-23.721
6.03.04	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-145	0
6.03.05	Pagamentos por Aquisições de Ações para Tesouraria	-75.698	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.135.852	2.085.917
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.762.081	3.393.377
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.897.933	5.479.294

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764	0	69.556.764
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764	0	69.556.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-75.712	0	-420.000	0	-495.712	0	-495.712
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-420.000	0	-420.000	0	-420.000
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-75.698	0	0	0	-75.698	0	-75.698
5.04.11	Transações de capital	0	-14	0	0	0	-14	0	-14
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	942.135	15.402	957.537	0	957.537
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	942.135	0	942.135	0	942.135
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	15.402	15.402	0	15.402
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.708	-4.708	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	4.708	-4.708	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.106.551	4.741.905	517.427	81.290	70.018.589	0	70.018.589

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578	0	70.455.578
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578	0	70.455.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-420.000	0	-420.000	0	-420.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-420.000	0	-420.000	0	-420.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.153.456	24.543	1.177.999	0	1.177.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.153.456	0	1.153.456	0	1.153.456
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	24.543	24.543	0	24.543
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.685	-4.685	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	4.685	-4.685	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.165.463	5.692.647	728.771	55.280	71.213.577	0	71.213.577

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	14.244.830	13.977.495
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.126.384	14.069.804
7.01.02	Outras Receitas	482.348	362.417
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-363.902	-454.726
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.183.334	-4.623.321
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.306.583	-2.834.075
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.939.075	-1.930.059
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	62.324	140.813
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.061.496	9.354.174
7.04	Retenções	-2.905.287	-2.744.690
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.905.287	-2.744.690
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.156.209	6.609.484
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	119.397	296.697
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.976	558
7.06.02	Receitas Financeiras	117.421	296.139
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.275.606	6.906.181
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.275.606	6.906.181
7.08.01	Pessoal	1.172.887	1.129.010
7.08.01.01	Remuneração Direta	798.659	745.600
7.08.01.02	Benefícios	319.495	330.868
7.08.01.03	F.G.T.S.	54.733	52.542
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.444.727	3.786.944
7.08.02.01	Federais	1.035.847	1.282.160
7.08.02.02	Estaduais	2.338.907	2.441.268
7.08.02.03	Municipais	69.973	63.516
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	715.857	836.771
7.08.03.01	Juros	426.966	484.563
7.08.03.02	Aluguéis	288.891	352.208
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	942.135	1.153.456
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	420.000	420.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	522.135	733.456

## Comentário do Desempenho

### NEGÓCIO MÓVEL

#### DESEMPENHO FINANCEIRO

Consolidado em R\$ milhões	1T21	1T20	Δ% YoY
<b>RECEITA LÍQUIDA MÓVEL</b>	<b>7.147</b>	<b>7.070</b>	<b>1,1</b>
<b>Receita de Serviço Móvel</b>	<b>6.503</b>	<b>6.489</b>	<b>0,2</b>
Pós-pago	5.281	5.314	(0,6)
Pré-pago	1.222	1.176	4,0
<b>Receita de Aparelhos</b>	<b>644</b>	<b>581</b>	<b>10,9</b>

A **Receita Líquida Móvel** cresceu 1,1% a/a no 1T21, resultado do desempenho positivo, tanto da receita de serviços, quanto da receita de venda de aparelhos.

A **Receita de Serviço Móvel** registrou alta de 0,2% a/a no 1T21, refletindo o crescimento da **Receita de Pré-pago**, que apresentou incremento de 4,0% a/a no trimestre, resultado da combinação entre o maior número de clientes e a aceleração no volume de recargas, principalmente através de canais digitais. Ao final de março/21, mais de 80% da base de acessos móveis pré-pago estava cadastrada na oferta Vivo Turbo, garantindo maior recorrência na recarga e, portanto, melhor previsibilidade de receita.

A **Receita de Pós-pago** reduziu 0,6% a/a no 1T21, resultado da maior receita de atacado no 1T20. Ao excluir esse efeito a Receita de Pós-pago apresenta crescimento de 0,2% a/a no trimestre, principalmente pelo aumento da base de clientes, ajudado pela migração de pré-pago a controle.

Continuamos focados no fortalecimento da nossa proposta de valor, ampliando a atratividade das ofertas através de diversas parcerias com os mais importantes provedores de conteúdo digital.

No Controle, o Vivo Easy continua sendo tendência entre o público jovem. Trata-se de um plano 100% digital e customizável cujo número de clientes mais que dobrou no comparativo anual.

A **Receita de Aparelhos** subiu 10,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O lançamento de aparelhos móveis, como Apple e Samsung, com novas funcionalidades, contribuem para o incremento dessa linha. Além disso, o desempenho positivo retrata a agilidade e capacidade de reinvenção da área comercial, que mesmo com o fechamento parcial das lojas físicas ocasionado pela pandemia do Covid-19, foi capaz de oferecer modelos alternativos de atendimento como o *drive-thru*, além de melhorias contínuas de interatividade e navegabilidade da loja virtual, por exemplo.

### NEGÓCIO FIXO

#### DESEMPENHO FINANCEIRO

Consolidado em R\$ milhões	1T21	1T20	Δ% YoY
<b>RECEITA LÍQUIDA FIXA</b>	<b>3.702</b>	<b>3.754</b>	<b>(1,4)</b>
<b>Receita core fixa<sup>1</sup></b>	<b>2.416</b>	<b>2.060</b>	<b>17,2</b>
<b>FTTx</b>	<b>1.311</b>	<b>1.090</b>	<b>20,3</b>
FTTH	1.010	626	61,2
<b>IPTV</b>	<b>325</b>	<b>258</b>	<b>25,9</b>
<b>Dados Corporativos, TIC e outros</b>	<b>780</b>	<b>712</b>	<b>9,5</b>
<b>Receita não-core fixa<sup>2</sup></b>	<b>1.286</b>	<b>1.694</b>	<b>(24,1)</b>
<b>Receita core fixa / Receita Líquida Fixa</b>	<b>65,3%</b>	<b>54,9%</b>	<b>10,4 p.p.</b>
<b>Receita não-core fixa / Receita Líquida Fixa</b>	<b>34,7%</b>	<b>45,1%</b>	<b>(10,4) p.p.</b>

## Comentário do Desempenho

A **Receita Core Fixa**<sup>1</sup> cresceu 17,2% a/a no 1T21, em resposta à assertividade da estratégia comercial combinada à excelente experiência do cliente, o que nos permitiu não só capturar um maior número de clientes, como também reajustar preços. Assim, a **Receita de FTTx** evoluiu 20,3% a/a no trimestre, impulsionada pelo expressivo desempenho da **Receita de FTTH** (+61,2% a/a). Continuamos concentrando esforços na expansão da chamada 'tecnologia do futuro': a fibra. Durante o 1T21, nossa rede de fibra chegou a mais 10 cidades, adicionando 387 mil *homes-passed* (HPs). Ao final do trimestre, somamos 16,3 milhões de HPs distribuídos em 276 cidades. Essa capilaridade nos permite acelerar o volume de clientes conectados, aumentando a taxa de penetração da rede e, conseqüentemente, capturando o retorno dos investimentos.

O IPTV também está cada vez mais associado à conectividade de fibra e contribui para reforçar a proposta de valor da Companhia. No 1T21, a **Receita de IPTV** avançou 25,9% a/a.

No B2B, o 1T21 foi um trimestre de retomada, após alguns meses de contração em função da postergação de investimentos por parte de empresas no contexto da pandemia. Dessa forma, a Receita de **Dados Corporativos, TIC e outros** subiu 9,5% a/a no 1T21. A performance é resultado do portfólio completo de produtos (venda de equipamentos) e serviços (TI, *cloud* e cyber-segurança) oferecidos pela Companhia.

Continuamos trabalhando para nos consolidar como referência em tecnologia e serviços digitais, com a conseqüente transformação do perfil de receitas da Companhia. Dessa forma, a Receita *core* Fixa encerrou o 1T21 representando 65,3% da Receita Líquida Fixa. Em contrapartida, a **Receita não-core Fixa**<sup>2</sup> continua em sua trajetória descendente e com uma representatividade sobre o total da receita fixa cada vez menor (34,7% no 1T21; -10,4 p.p. a/a), demonstrando as perspectivas positivas para o futuro próximo.

## NEGÓCIOS DIGITAIS

Com base no pilar estratégico **#tamtudonaVivo**, estamos fortalecendo a Companhia como plataforma de distribuição de produtos e serviços e seguimos avançando no desenvolvimento de um ecossistema com parceiros relevantes para alavancar a nossa consolidação como *hub* de serviços digitais.

### SERVIÇOS FINANCEIROS

Esse vertical é uma das prioridades da Companhia e tem o objetivo de oferecer serviços que gerem valor aos nossos clientes.

Nesse contexto, estamos acelerando o desempenho do **Vivo Money**, nosso serviço de crédito pessoal inicialmente focado em clientes pós-pago e controle. O diferencial desse produto está, principalmente, na facilidade de contratação, que acontece de forma 100% digital, além das taxas de juros oferecidas, que são extremamente competitivas.

Os recursos são captados através de um FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) do qual, atualmente, a Vivo é a única participante. Além disso, o uso de *data analytics* garante maior assertividade na oferta do produto. No 1T21, o número de contratos de crédito pessoal firmados através da plataforma mais que dobrou em comparação ao 4T20, comprovando o *case* de sucesso dessa iniciativa.

Ainda sob o vertical financeiro, anunciamos recentemente o novo cartão de crédito **Vivo Itaucard**. O cartão *co-branded* une duas marcas fortes para facilitar o acesso a crédito e trazer benefícios exclusivos aos clientes Vivo, como *cashback* de até 10% para compras no *marketplace* e pagamento de faturas de serviços, além do parcelamento de aparelhos e acessórios em até 21 vezes sem juros. Clientes Vivo com o cartão Platinum também poderão ter isenção da anuidade.

O Vivo Itaucard pode ser contratado nas lojas físicas e nos sites da Vivo e do Itaú, sendo uma importante alavanca para a venda de produtos e contratação de serviços.

Para reforçar a atuação da Vivo na área financeira lançamos, no final de abril, o **Vivo Pay**: a conta digital gratuita da Vivo. Além de transações financeiras corriqueiras, como o pagamento de contas e boletos e o recebimento e envio de dinheiro para outros bancos via Pix, o cliente Vivo Pay terá acesso a um cartão pré-pago virtual para uso em lojas on-line, compra de crédito para apps como Ifood e Spotify e bônus de internet ao efetuar recargas de celular.

<sup>1</sup> FTTx, IPTV, Dados Corporativos e TIC, Atacado e outras receitas fixas.

<sup>2</sup> Voz fixa, xDSL e DTH.

## Comentário do Desempenho

### SAÚDE

No vertical de saúde e bem-estar, lançamos o **Vida V**, uma plataforma digital que vai oferecer serviços de telemedicina como consultas médicas, programas de bem-estar e saúde e descontos em farmácias, a consumidores finais e pequenas e médias empresas no Brasil.

O novo serviço, que poderá ser contratado por qualquer consumidor, foi desenvolvido em conjunto com a **Teladoc Health**, líder mundial em telemedicina. O lançamento está previsto para o segundo semestre deste ano e agrega mais uma Companhia referência em seu segmento de atuação aos nossos já reconhecidos parceiros em *e-health*.

### MARKET PLACE

Com o objetivo de aumentar a fidelização e a rentabilização da base de clientes, ampliamos a parceria com a plataforma digital **Dotz**, intensificando a realização de ações comerciais que geram benefícios aos nossos clientes. Com o novo acordo, estendido por cinco anos, os serviços e produtos Vivo serão comercializados no *marketplace* da Dotz, garantindo mais chances de acumular pontos.

Além disso, a Vivo passa a ter a opção de adquirir participação acionária minoritária no negócio da Dotz, a depender do atingimento de metas acordadas.

Outra parceria ampliada foi com a **CDF** - *marketplace* de soluções de assistência residencial e tecnológica - em linha com o nosso objetivo de ser referência na oferta de serviços de suporte tecnológico para a casa conectada.

Além do suporte técnico remoto e presencial, o portfólio compreende produtos como a configuração de rede Wi-Fi e física e a instalação e configuração de dispositivos inteligentes, seguindo a tendência de crescimento do mercado de internet das coisas.

Nesse modelo, a Companhia também passará a ter a opção de adquirir participação acionária minoritária no capital social da CDF.

Essas e outras futuras parcerias nos posicionam como uma Companhia que vai além dos serviços de telecomunicações e reúne um conjunto único de atributos para capturar oportunidades de aumento de receita e criar valor no espaço digital.

### CUSTOS

Consolidado em R\$ milhões	1T21	1T20	Δ% YoY
<b>CUSTOS TOTAIS</b>	<b>(6.394)</b>	<b>(6.318)</b>	<b>1,2</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS</b>	<b>(1.916)</b>	<b>(1.603)</b>	<b>19,5</b>
Serviços	(1.144)	(976)	17,2
Produtos vendidos	(773)	(627)	23,2
<b>CUSTOS DA OPERAÇÃO</b>	<b>(4.478)</b>	<b>(4.714)</b>	<b>(5,0)</b>
Pessoal	(1.012)	(988)	2,4
Comerciais e Infraestrutura	(3.011)	(3.044)	(1,1)
Provisão para Devedores Duvidosos	(364)	(455)	(20,0)
Gerais e Administrativas	(303)	(305)	(0,6)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	213	77	175,1
<b>Custos Totais Recorrentes <sup>1</sup></b>	<b>(6.394)</b>	<b>(6.393)</b>	<b>0,0</b>

A partir desse trimestre, apresentaremos uma nova classificação dos custos de forma a segregar aqueles diretamente relacionados à geração de receita e os relativos à operação e manutenção das atividades da Companhia. O histórico está disponível no Anexo I desse documento e no site de Relações com Investidores.



## Comentário do Desempenho

**Os Custos Totais**<sup>1</sup>, excluindo gastos com Depreciação e Amortização, foram de R\$ 6.394 milhões no trimestre, permanecendo estáveis no comparativo anual, mesmo em um período de aceleração da inflação (IPCA-12M), que registrou alta de 6,1%.

O **Custo dos Serviços e Produtos Vendidos** aumentaram 19,5% demonstrando a melhor performance comercial no 1T21, principalmente no segmento B2B e nos canais de e-commerce B2C.

- **Serviços** – alta de 17,2% em relação ao 1T20. A variação reflete, principalmente, o maior custo de serviços B2B, conteúdos digitais e taxas regulatórias, e está correlacionada à geração de receitas correspondentes.
- **Produtos Vendidos** - incremento de 23,2% a/a no 1T21 em função do maior volume de vendas de aparelhos móveis e acessórios e a retomada, ainda que parcial, dos negócios B2B.

Em contrapartida, os **Custos da Operação** reduziram-se em 5,0% a/a no trimestre, demonstrando a eficiência da Companhia na gestão de custos.

- **Pessoal** – aumento de 2,4% a/a no 1T21, em função do reajuste de salários e benefícios.
- **Comerciais e Infraestrutura** – diminuição de 1,1% quando comparado ao 1T20. A adoção dos canais digitais, cujo custo é menor em comparação aos canais físicos, contribuiu significativamente para o desempenho dessa linha, além da capacidade de implementação de ferramentas de digitalização e automação em processos relacionados à jornada do cliente (*e-billing*, assistente virtual AURA, *app* Meu Vivo e Bot), culminando em menores custos com confecção e postagem de contas, *call center* e *back offices*.
- **Provisão para Devedores Duvidosos** – reduziu 20,0% a/a e encerrou o 1T21 em R\$ 364 milhões, representando 2,3% da Receita Bruta. O desempenho reflete o sucesso na execução das ações e cobrança, principalmente para mitigar os efeitos da pandemia do Covid-19.
- **Gerais e Administrativas** – redução de 0,6% a/a no trimestre, devido a menores despesas com manutenção predial e de equipamentos de TI.
- **Outras Receitas (Despesas) Operacionais** - apresentaram uma receita de R\$ 213 milhões, no 1T21, principalmente pela redução de contingências tributárias, cíveis e regulatórias e maior recuperação tributária no trimestre.

## DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A **Depreciação e Amortização** aumentou 5,9% em comparação ao 1T20, refletindo a maior depreciação da base de ativos e o crescimento do número de contratos de leasing.

## RESULTADO FINANCEIRO

No 1T21, o **Resultado Financeiro** registrou uma despesa financeira de R\$ 315 milhões, um aumento de 61,7% a/a, principalmente pelo maior endividamento relacionado a contratos reconhecidos como leasing em função do IFRS16.

## INVESTIMENTOS

Os **Investimentos** realizados no 1T21 alcançaram R\$ 1.943 milhões, o que representa 17,9% da Receita Operacional Líquida do trimestre. A maior parte desse montante foi destinada à expansão da rede de fibra, que atingiu 276 cidades ao final do 1T21, e à conexão de novos clientes FTTH e IPTV. No móvel, reforçamos a capacidade das redes 4G e 4.5G de forma a garantir a qualidade do serviço prestado frente à crescente demanda.

1 - Exclui o efeito positivo relativo à venda de torres e *rooftops* no montante de R\$ 75,7 milhões no 1T20.

## Comentário do Desempenho

Ao incluir o efeito do IFRS 16 houve um incremento de 66,6% a/a em função do efeito pontual de renegociações de contratos de aluguel de longo prazo realizadas durante o trimestre.

### ENDIVIDAMENTO

A **dívida bruta** da Companhia atingiu R\$ 1.880 milhões ao final do 1T21, 100% denominada em moeda local, com redução de 59,5% a/a em função da liquidação de empréstimos e financiamentos no período.

Ao excluir o efeito do IFRS 16, a Companhia registrou **caixa líquido** de R\$ 5.030 milhões no trimestre, refletindo a maior geração de caixa no período. Considerando o efeito do IFRS 16, a dívida líquida atingiu R\$ 5.936 milhões ao final do 1T21.

## Notas Explicativas

### 1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

#### a) Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como principais atividades a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) *data center*, incluindo hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de *softwares* de qualquer natureza, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica (“Grupo”), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 31 de março de 2021 e 31 dezembro de 2020, a Telefônica S.A. (“Telefônica”), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,58% (nota 22).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e tem suas ações negociadas na B3. É também registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) lastreadas apenas em ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange*” – “NYSE”).

#### b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM” - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); e (iv) Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC” - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, além de outras atividades.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21).

Antes da publicação da Lei nº 13.879/2019, as autorizações de espectro eram válidas por 15 anos (em geral) e podiam ser prorrogadas uma única vez, por este mesmo período. Com a revisão normativa viabilizada pela referida Lei, prorrogações sucessivas de outorgas passaram a ser permitidas, mas a aplicabilidade deste instrumento aos termos atualmente vigentes era incerta até a edição do Decreto nº 10.402/2020, que detalhou os requisitos atinentes ao novo regime de prorrogações sucessivas e esclareceu que as autorizações atuais também estão abarcadas pelo referido regime.

Não obstante, o Decreto também define as condições a serem consideradas pela ANATEL no âmbito das solicitações de renovação, tais como a garantia do uso eficiente de espectro, os aspectos concorrenciais, o atendimento ao interesse público e o cumprimento das obrigações já assumidas com a ANATEL.

Atualmente, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21), sendo que, para determinados termos, no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Em julho de 2018, a ANATEL publicou a Resolução nº 695 com um novo regulamento de preço público do espectro. Esta Resolução fixa novos critérios para os custos de renovação das licenças. A fórmula considera fatores como tempo de autorização, receita auferida na região e quantidade de espectro usado pela prestadora. Parte do pagamento pode ser convertida em compromissos de investimento.

## Notas Explicativas

Ao deliberar sobre a prorrogação das autorizações das faixas em 850 MHz, a ANATEL determinou, por meio do Acórdão nº 510, de 30 de setembro de 2020, que (i) a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (“SOR”) trate dos pedidos de prorrogação das atuais autorizações de uso de radiofrequências nas subfaixas A e B, propondo seu deferimento, em caráter primário, até 29 de novembro de 2028, se atendidos os requisitos legais e regulamentares; e que (ii) o valor devido pela prorrogação deve ser calculado a partir de parâmetros de valor presente líquido, de modo a refletir o real valor econômico (valor de mercado) das faixas.

Sendo assim, depois de superados os trâmites necessários junto à SOR, o Conselho Diretor da ANATEL, por meio do Acórdão nº 618, de 26 de novembro de 2020, prorrogou o prazo de vigência da autorização do direito de uso de radiofrequências, referente às faixas 869,0 a 880,0 MHz, 824,0 a 835,0 MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz, associadas ao Termo de Autorização nº 001/2006/PVCP/SPV-ANATEL outorgado à Companhia, até a data de 29 de novembro de 2028, sem exclusividade, em caráter primário e restrito à área de prestação referente ao Estado do Rio de Janeiro, conforme o Ato nº 7.281, de 26 de novembro de 2020. A prorrogação por um período inferior ao limite máximo previsto em Lei (20 anos) decorreu, na visão da ANATEL, a partir da necessidade de promover reorganização e redimensionamento da canalização da faixa. Já o cálculo do valor por método diverso aos anteriormente referidos (ônus bianual e Resolução nº 695/2018, que aprovou o Regulamento do Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências (“PPDUR”) foi decidido sob a alegação de que os instrumentos regulatórios atuais não têm previsão de aplicabilidade aos casos de uma segunda prorrogação das autorizações. Como complemento, determinou a ANATEL que o pagamento pela autorização seja realizado no patamar de 10% do valor devido, cabendo aos 90% restantes serem quitados em forma de investimentos.

Os Termos de Autorização para uso das faixas de radiofrequências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de radiofrequências, realizados pela ANATEL.

As informações sobre um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência para o SMP, outorgadas para a Companhia são as mesmas da nota explicativa 1b) Operações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### **c) Assinatura do contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre Oi Móvel S.A. e a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A.**

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002 (“ICVM 358”), conforme alterada, em continuidade aos Fatos Relevantes mencionados na nota 34, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 28 de janeiro de 2021, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), por e entre Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Vendedora; a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A., na qualidade de Compradoras e a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de intervenientes-anuentes e garantidoras das obrigações da Vendedora. O Contrato foi assinado em decorrência do resultado do procedimento competitivo de alienação dos ativos da operação de telefonia móvel - Serviço Móvel Pessoal do Grupo Oi (“UPI Ativos Móveis”), em leilão judicial ocorrido em 14 de dezembro de 2020 em que a Companhia e as demais compradoras foram declaradas vencedoras.

A efetivação da aquisição pelas Compradoras da UPI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das Compradoras adquirirá ações de uma SPE contendo sua parte dos ativos da UPI Ativos Móveis. A efetivação da aquisição também está sujeita a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e previstas no Contrato, dentre as quais a anuência prévia da ANATEL e aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), bem como, se aplicável, a submissão da assembleia geral de acionistas da Companhia, nos termos do artigo 256 da Lei das S.A., caso em que informações adicionais serão divulgadas oportunamente.

Esta transação, a partir de sua concretização, trará benefícios aos acionistas da Companhia através de geração de receitas e eficiências em virtude de sinergias operacionais, bem como aos seus clientes, em decorrência do compromisso da Companhia com a excelência na qualidade do serviço prestado e, finalmente, ao setor como um todo em razão do reforço na capacidade de realizar investimentos e criar inovações tecnológicas de maneira sustentável, contribuindo para a digitalização do país. A aquisição pela Companhia de parcela da UPI Ativos Móveis representa mais um importante passo no propósito da Companhia, de digitalizar para aproximar.

## Notas Explicativas

### **d) Assinatura dos acordos de construção, desenvolvimento e exploração de rede de fibra ótica**

A Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002, ("ICVM 358"), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em linha com os Comunicados ao Mercado divulgados em 29 de julho de 2020 e 23 de fevereiro de 2021 que, conforme aprovado por seu Conselho de Administração em 2 de março de 2021, celebrou naquela data, acordos com a Caisse de dépôt et placement du Québec ("CDPQ"), um grupo global de investimentos, e com a Telefónica Infra, S.L.U. ("TEF Infra"), uma sociedade sediada na Espanha, 100% controlada pela Telefónica S.A., tendo portanto o mesmo acionista controlador da Companhia, para a construção, desenvolvimento e exploração de rede de fibra ótica neutra e independente de atacado no mercado brasileiro por meio da FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FiBrasil") (a "Transação"; "Operação").

Através desta Transação, a Companhia, a TEF Infra, e a CDPQ vão acelerar a expansão da rede *fiber-to-the-home* ("FTTH") para novas localidades, enquanto capturam valor pela penetração de terceiros. O plano de negócios da FiBrasil visa atingir cerca de 5,5 milhões de lares em 4 anos, com foco em cidades médias fora do Estado de São Paulo.

A Companhia vai contribuir com, aproximadamente, 1,6 milhão de casas passadas em FTTH que atualmente são por ela operados nesta tecnologia, e será ainda cliente âncora da nova empresa, consolidando-se assim como operador líder convergente no país.

Quanto à estrutura acionária da nova companhia, a Companhia terá 25% do capital social votante, TEF Infra terá outros 25% do capital social votante e a CDPQ deterá os 50% do capital social votante remanescentes, após a compra e venda e subscrição de ações da FiBrasil.

Até o fechamento da Transação, como passo preliminar, serão transferidos à FiBrasil pela Companhia certos ativos, contratos e empregados, todos estritamente relacionados às atividades da FiBrasil. O montante dos ativos imobilizado e intangível a serem transferidos à FiBrasil está apresentado nestas ITRs como "Bens destinados à venda" (nota 10).

Os termos da Operação representam um investimento total pela CDPQ de até R\$1,8 bilhão (incluindo pagamentos para a Companhia e contribuições para a FiBrasil) em troca de uma participação de 50% na FiBrasil e também pagamentos a serem feitos pela TEF Infra, em condições econômicas equivalentes, por uma parcela de 25% na nova empresa. Isto resulta em uma valoração implícita dos ativos *brownfield* contribuídos pela Companhia de 16,5x EBITDA 2020 Proforma. O Capital contribuído pela CDPQ, adicionalmente ao endividamento a ser levantado pela FiBrasil, proporcionam um plano de negócios integralmente financiado para atingir os objetivos de desenvolvimento da nova empresa.

A relação entre a Companhia, TEF Infra e CDPQ no âmbito da FiBrasil será regulada por acordos de acionistas, que serão celebrados no momento de implementação da Transação. Esta Operação está sujeita à satisfação de certas condições precedentes, incluindo, entre outras, a contribuição de ativos descrita acima e a obtenção de autorizações prévias das autoridades competentes, inclusive da ANATEL e do CADE.

## **2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

### **a) Declaração de conformidade**

As informações trimestrais ("ITRs") individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de forma condizente com as deliberações emitidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITRs.

### **b) Bases de preparação e apresentação**

As ITRs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das ITRs, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

## Notas Explicativas

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados, utilizando-se o método indireto.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada seguindo o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas ITRs.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 31 de março de 2021 com 31 de dezembro de 2020.

As ITRs individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de maio de 2021.

### c) Moeda funcional e de apresentação

As ITRs da Companhia são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

### d) Bases de consolidação

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas ITRs individuais. Nas ITRs consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas ITRs consolidadas.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha participações societárias diretas em controladas e de controle conjunto, conforme segue:

<b>Investidas</b>	<b>Tipo de investimento</b>	<b>Participação</b>	<b>País (Sede)</b>	<b>Atividade principal</b>
Terra Networks Brasil Ltda ("Terra Networks")	Controlada	100,00%	Brasil	Telecomunicações
Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLLog")	Controlada	99,99%	Brasil	Transportes e logística
POP Internet Ltda ("POP")	Controlada	99,99%	Brasil	Internet
Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vivo Money")	Controlada	100,00%	Brasil	Fundo de investimento em direitos creditórios
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada conjunto	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada conjunto	50,00%	Brasil	Exploração de redes subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada conjunto	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

## Notas Explicativas

As informações sobre as controladas, são as mesmas da nota explicativa 2.d) Bases de consolidação, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### e) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

### f) Principais políticas contábeis

As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas em comparação a 31 de dezembro de 2020 não foram integralmente repetidas nessas ITRs.

As políticas contábeis adotadas na preparação das ITRs da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2021 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras, exceto pela emissão da IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

A IFRS 17 entrou em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

### g) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das ITRs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas ITRs devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia e suas controladas na preparação destas ITRs, são os mesmos apresentados nas notas explicativas: contas a receber (nota 4); imposto de renda e contribuição social (nota 7); imobilizado (nota 12); intangível (nota 13); provisões e contingências (nota 19); receita operacional líquida (nota 24); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 31), divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

## 3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Caixa e contas bancárias (1)	83.880	190.238	84.908	191.975
Aplicações financeiras (2)	6.527.933	5.327.116	6.813.025	5.570.106
<b>Total</b>	<b>6.611.813</b>	<b>5.517.354</b>	<b>6.897.933</b>	<b>5.762.081</b>

## Notas Explicativas

- (1) Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos da controladora e consolidado, incluíam os montantes de R\$67.998 e R\$47.313, respectivamente, referente a *Financial Clearing House*, com uma empresa do Grupo Telefônica (nota 27).
- (2) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

### 4) CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Valores faturados	7.749.696	7.616.696	7.761.590	7.611.858
Valores a faturar (1)	2.154.438	2.169.198	2.175.231	2.191.331
Valores de interconexão	727.339	724.633	727.339	724.630
FIDC Vivo Money	-	-	5.357	1.975
Valores com partes relacionadas (nota 27)	87.991	93.630	101.605	105.349
<b>Contas a receber, bruto</b>	<b>10.719.464</b>	<b>10.604.157</b>	<b>10.771.122</b>	<b>10.635.143</b>
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.204.660)	(2.049.475)	(2.237.789)	(2.072.578)
<b>Total</b>	<b>8.514.804</b>	<b>8.554.682</b>	<b>8.533.333</b>	<b>8.562.565</b>
Circulante	8.131.156	8.174.784	8.149.685	8.182.667
Não circulante	383.648	379.898	383.648	379.898

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos consolidados líquidos dos ativos contratuais eram de R\$165.614 e R\$168.683, respectivamente.

Os saldos não circulantes das contas a receber incluem:

	Controladora / Consolidado	
	31.03.21	31.12.20
Parcela da revenda de mercadorias B2B - 24 meses	197.626	159.075
Parcela a receber do Grupo OI - Recuperação judicial	29.527	59.813
Produto Vivo TECH (1)	356.420	348.086
<b>Valor nominal a receber</b>	<b>583.573</b>	<b>566.974</b>
Receita financeira não realizada	(39.069)	(34.504)
<b>Valor presente a receber</b>	<b>544.504</b>	<b>532.470</b>
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(160.856)	(152.572)
<b>Valor líquido a receber</b>	<b>383.648</b>	<b>379.898</b>

(1) O cronograma de vencimento é de até cinco anos para os montantes relacionados ao produto Vivo TECH.

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante os exercícios.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento.



**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
A vencer (1)	6.742.507	6.763.482	6.805.616	6.798.420
Vencidas – 1 a 30 dias	887.270	872.050	891.447	870.551
Vencidas – 31 a 60 dias	232.934	227.406	218.772	228.074
Vencidas – 61 a 90 dias	136.799	139.476	132.112	142.788
Vencidas – 91 a 120 dias	171.896	157.024	172.291	157.105
Vencidas – mais de 120 dias	343.398	395.244	313.095	365.627
<b>Total</b>	<b>8.514.804</b>	<b>8.554.682</b>	<b>8.533.333</b>	<b>8.562.565</b>

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais.

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber.

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>(1.616.698)</b>	<b>(1.644.797)</b>
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 24)	(450.782)	(454.726)
Baixas	350.409	354.609
<b>Saldo em 31.03.20</b>	<b>(1.717.071)</b>	<b>(1.744.914)</b>
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões	(1.283.864)	(1.285.632)
Baixas	951.460	957.968
<b>Saldo em 31.12.20</b>	<b>(2.049.475)</b>	<b>(2.072.578)</b>
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 24)	(352.589)	(363.902)
Baixas	197.404	198.691
<b>Saldo em 31.03.21</b>	<b>(2.204.660)</b>	<b>(2.237.789)</b>

**5) ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Materiais para revenda (1)	1.005.374	584.062	1.012.213	590.706
Materiais para consumo	28.734	35.939	30.242	37.156
Outros estoques	4.574	34.898	4.785	35.109
<b>Estoques, bruto</b>	<b>1.038.682</b>	<b>654.899</b>	<b>1.047.240</b>	<b>662.971</b>
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência (2)	(33.308)	(28.063)	(35.020)	(29.871)
<b>Total</b>	<b>1.005.374</b>	<b>626.836</b>	<b>1.012.220</b>	<b>633.100</b>

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, acessórios, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

(2) Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 24).

## Notas Explicativas

### 6) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Taxa fistel (1)	820.653	-	820.653	-
Custos incrementais (contratos com clientes)	525.210	480.909	525.210	480.909
Propaganda e publicidade	253.381	275.083	253.381	275.083
Aluguéis	52.190	61.559	52.190	61.559
Manutenção de <i>software</i> e redes	178.979	79.524	180.017	80.151
Encargos financeiros	19.237	22.175	19.237	22.175
Pessoal	57.712	-	58.236	-
Seguros	9.233	15.383	9.291	15.503
Satélites e <i>links</i> (2)	150.344	102.851	150.344	102.851
Tributos e outras despesas antecipadas	46.116	15.241	46.545	16.046
<b>Total</b>	<b>2.113.055</b>	<b>1.052.725</b>	<b>2.115.104</b>	<b>1.054.277</b>
Circulante	1.883.202	858.257	1.885.236	859.766
Não circulante	229.853	194.468	229.868	194.511

- (1) Refere-se à parcela remanescente dos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento, que será amortizada para o resultado até o final do exercício de 2021.
- (2) Refere-se a contratos firmados para a disponibilização de infraestruturas, equipamentos e *links* para a comunicação via satélite, visando a melhor prestação de serviços pela Companhia. Estes contratos têm duração de até 5 anos.

### 7) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Imposto de renda	337.636	479.886	342.277	483.452
Contribuição social	46.014	34.696	47.925	35.825
<b>Total</b>	<b>383.650</b>	<b>514.582</b>	<b>390.202</b>	<b>519.277</b>

#### b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Imposto de renda	73.111	72.982	75.029	74.190
Contribuição social	23.308	23.270	24.006	23.755
<b>Total</b>	<b>96.419</b>	<b>96.252</b>	<b>99.035</b>	<b>97.945</b>
Circulante	-	-	2.616	1.693
Não circulante	96.419	96.252	96.419	96.252

Os montantes não circulantes de R\$96.419 e R\$96.252, registrados na controladora e consolidado, em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, referem-se aos tributos enquadrados na IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda (nota 7.e).

#### c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos são apresentados a seguir:

## Notas Explicativas

	Controladora							
	Saldos em 31.12.19	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (4)	Saldos em 31.12.20
<b>Ativo (passivo) diferido</b>								
<b>IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)</b>	<b>1.368.597</b>	<b>188.118</b>	-	<b>1.556.715</b>	<b>(173.745)</b>	-	-	<b>1.382.970</b>
<b>IR e CS sobre diferenças temporárias (2)</b>	<b>(4.515.050)</b>	<b>(571.964)</b>	<b>30</b>	<b>(5.086.984)</b>	<b>(586.355)</b>	<b>(103.393)</b>	<b>(20.778)</b>	<b>(5.797.510)</b>
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.651.306	17.153	-	1.668.459	85.013	-	-	1.753.472
Fornecedores e outras provisões	517.511	100.446	-	617.957	161.772	-	-	779.729
Carteira de clientes e marcas	98.078	(34.164)	-	63.914	(98.085)	-	-	(34.171)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	473.409	25.768	-	499.177	88.532	-	-	587.709
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	182.999	972	-	183.971	(10.315)	-	-	173.656
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	387.291	7.421	-	394.712	31.193	(105.349)	-	320.556
Participação nos resultados	119.159	(56.646)	-	62.513	70.564	-	-	133.077
Licença	(2.069.544)	(54.082)	-	(2.123.626)	(162.248)	-	-	(2.285.874)
Ágios (Spanish e Navytreet, Vivo Part. e GVTPart.)	(5.603.708)	(250.692)	-	(5.854.400)	(752.076)	-	-	(6.606.476)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(288.451)	(465.504)	-	(753.955)	12.431	-	-	(741.524)
Lei da Inovação tecnológica	(24.565)	6.862	-	(17.703)	(1.018)	-	-	(18.721)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	41.465	130.502	30	171.997	(12.118)	1.956	(20.778)	141.057
<b>Passivo diferido, líquido</b>	<b>(3.146.453)</b>	<b>(383.846)</b>	<b>30</b>	<b>(3.530.269)</b>	<b>(760.100)</b>	<b>(103.393)</b>	<b>(20.778)</b>	<b>(4.414.540)</b>
<b>Ativo diferido</b>	<b>5.377.539</b>			<b>5.785.503</b>				<b>5.913.243</b>
<b>Passivo diferido</b>	<b>(8.523.992)</b>			<b>(9.315.772)</b>				<b>(10.327.783)</b>
<b>Passivo diferido, líquido</b>	<b>(3.146.453)</b>			<b>(3.530.269)</b>				<b>(4.414.540)</b>
<b>Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:</b>								
<b>Passivo diferido</b>	<b>(3.146.453)</b>			<b>(3.530.269)</b>				<b>(4.414.540)</b>

**Notas Explicativas**

	Controladora			
	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.21
<b>Ativo (passivo) diferido</b>				
<b>IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)</b>	<b>1.382.970</b>	<b>242</b>	<b>-</b>	<b>1.383.212</b>
<b>IR e CS sobre diferenças temporárias (2)</b>	<b>(5.797.510)</b>	<b>(282.282)</b>	<b>(4.575)</b>	<b>(6.084.367)</b>
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.753.472	(43.803)	-	1.709.669
Fornecedores e outras provisões	779.729	86.819	-	866.548
Carteira de clientes e marcas	(34.171)	(32.511)	-	(66.682)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	587.709	45.797	-	633.506
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	173.656	(6.570)	-	167.086
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	320.556	6.173	-	326.729
Participação nos resultados	133.077	(56.679)	-	76.398
Licença	(2.285.874)	(54.082)	-	(2.339.956)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(6.606.476)	(250.692)	-	(6.857.168)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(741.524)	19.315	-	(722.209)
Lei da Inovação tecnológica	(18.721)	2.159	-	(16.562)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	141.057	1.792	(4.575)	138.274
<b>Passivo diferido, líquido</b>	<b>(4.414.540)</b>	<b>(282.040)</b>	<b>(4.575)</b>	<b>(4.701.155)</b>
<b>Ativo diferido</b>	<b>5.913.243</b>			<b>5.953.599</b>
<b>Passivo diferido</b>	<b>(10.327.783)</b>			<b>(10.654.754)</b>
<b>Passivo diferido, líquido</b>	<b>(4.414.540)</b>			<b>(4.701.155)</b>
<b>Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:</b>				
<b>Passivo diferido</b>	<b>(4.414.540)</b>			<b>(4.701.155)</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado							
	Saldos em 31.12.19	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (4)	Saldos em 31.12.20
<b>Ativo (passivo) diferido</b>								
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.479.836	178.485	-	1.658.321	(195.823)	-	-	1.462.498
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(4.455.247)	(570.809)	30	(5.026.026)	(588.133)	(103.460)	(20.778)	(5.738.397)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.690.591	17.841	-	1.708.432	83.985	-	-	1.792.417
Fornecedores e outras provisões	531.341	100.845	-	632.186	161.235	-	-	793.421
Carteira de clientes e marcas	98.078	(34.164)	-	63.914	(98.085)	-	-	(34.171)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	478.630	25.697	-	504.327	88.603	-	-	592.930
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	182.999	972	-	183.971	(10.315)	-	-	173.656
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	387.507	7.428	-	394.935	31.213	(105.416)	-	320.732
Participação nos resultados	119.994	(57.001)	-	62.993	70.920	-	-	133.913
Licença	(2.069.544)	(54.082)	-	(2.123.626)	(162.248)	-	-	(2.285.874)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(5.603.708)	(250.692)	-	(5.854.400)	(752.076)	-	-	(6.606.476)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(288.451)	(465.504)	-	(753.955)	12.431	-	-	(741.524)
Lei da Inovação tecnológica	(24.565)	6.862	-	(17.703)	(1.018)	-	-	(18.721)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	41.881	130.989	30	172.900	(12.778)	1.956	(20.778)	141.300
<b>Passivo diferido, líquido</b>	<b>(2.975.411)</b>	<b>(392.324)</b>	<b>30</b>	<b>(3.367.705)</b>	<b>(783.956)</b>	<b>(103.460)</b>	<b>(20.778)</b>	<b>(4.275.899)</b>
<b>Ativo diferido</b>	<b>5.548.581</b>			<b>5.948.067</b>				<b>6.051.884</b>
<b>Passivo diferido</b>	<b>(8.523.992)</b>			<b>(9.315.772)</b>				<b>(10.327.783)</b>
<b>Passivo) diferido, líquido</b>	<b>(2.975.411)</b>			<b>(3.367.705)</b>				<b>(4.275.899)</b>
<b>Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:</b>								
<b>Ativo diferido de controladas</b>	<b>171.042</b>			<b>162.564</b>				<b>138.641</b>
<b>Passivo diferido</b>	<b>(3.146.453)</b>			<b>(3.530.269)</b>				<b>(4.414.540)</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado			
	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.21
<b>Ativo (passivo) diferido</b>				
<b>IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)</b>	<b>1.462.498</b>	<b>(3.296)</b>	<b>-</b>	<b>1.459.202</b>
<b>IR e CS sobre diferenças temporárias (2)</b>	<b>(5.738.397)</b>	<b>(280.056)</b>	<b>(4.575)</b>	<b>(6.023.028)</b>
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.792.417	(43.112)	-	1.749.305
Fornecedores e outras provisões	793.421	88.184	-	881.605
Carteira de clientes e marcas	(34.171)	(32.511)	-	(66.682)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	592.930	45.995	-	638.925
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	173.656	(6.570)	-	167.086
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	320.732	6.181	-	326.913
Participação nos resultados	133.913	(56.941)	-	76.972
Licença	(2.285.874)	(54.082)	-	(2.339.956)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(6.606.476)	(250.692)	-	(6.857.168)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(741.524)	19.315	-	(722.209)
Lei da Inovação tecnológica	(18.721)	2.159	-	(16.562)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	141.300	2.018	(4.575)	138.743
<b>Passivo diferido, líquido</b>	<b>(4.275.899)</b>	<b>(283.352)</b>	<b>(4.575)</b>	<b>(4.563.826)</b>
<b>Ativo diferido</b>	<b>6.051.884</b>			<b>6.090.928</b>
<b>Passivo diferido</b>	<b>(10.327.783)</b>			<b>(10.654.754)</b>
<b>Passivo diferido, líquido</b>	<b>(4.275.899)</b>			<b>(4.563.826)</b>

Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:

<b>Ativo diferido de controladas</b>	<b>138.641</b>	<b>137.329</b>
<b>Passivo diferido</b>	<b>(4.414.540)</b>	<b>(4.701.155)</b>

- (1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.
- (2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, alienação de estruturas (torres e *rooftops*), entre outras.
- (4) Referem-se a tributos diferidos decorrentes das transações de aquisição e alienação da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda. ("CyberCo Brasil") em 2020.

Em 31 de março de 2021, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (Innoweb, TGLog e TIS) no montante de R\$73.188 (R\$68.783 em 31 de dezembro de 2020), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização dos mesmos.

### **d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das ITRs são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020.

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2021	1º Trimestre de 2020	1º Trimestre de 2021	1º Trimestre de 2020
Lucro antes dos tributos	1.227.054	1.537.302	1.237.097	1.568.159
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(417.198)	(522.683)	(420.613)	(533.174)
<b>Diferenças permanentes</b>				
Equivalência patrimonial (nota 11)	(313)	16.330	672	190
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(13.067)	(21.908)	(13.201)	(21.911)
Benefício fiscal sobre os juros sobre o capital próprio destinados	142.800	142.800	142.800	142.800
Outras (adições) exclusões	2.859	1.615	(4.620)	(2.608)
<b>Débito tributário</b>	<b>(284.919)</b>	<b>(383.846)</b>	<b>(294.962)</b>	<b>(414.703)</b>
Taxa efetiva	23,2%	25,0%	23,8%	26,4%
IR e CS correntes	(2.879)	-	(11.610)	(22.379)
IR e CS diferidos	(282.040)	(383.846)	(283.352)	(392.324)

**e) Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social**

A Companhia e suas controladas possuem diversas autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por deduções supostamente indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário, no montante consolidado de R\$17.641.204 em 31 de março de 2021 (R\$16.969.554 em 31 de dezembro de 2020). A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%).

Deste montante, para os tratamentos fiscais em que a Companhia e suas controladas entendem que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é inferior a 50%, foi reconhecido passivo não circulante de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$96.419 em 31 de março de 2021 (R\$96.252 em 31 de dezembro de 2020), em relação a essas ações (nota 7 b). Essas ações envolvem compensações de pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social não homologadas pela RFB.

**8) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
ICMS (1)	3.100.408	3.013.105	3.101.881	3.014.540
PIS e COFINS	198.716	126.442	201.093	128.489
Impostos e contribuições retidos na fonte (2)	98.259	84.540	99.595	87.134
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	60.827	105.291	61.989	106.454
<b>Total</b>	<b>3.458.210</b>	<b>3.329.378</b>	<b>3.464.558</b>	<b>3.336.617</b>
Circulante	2.703.953	2.505.056	2.710.299	2.512.293
Não circulante	754.257	824.322	754.259	824.324

## Notas Explicativas

- (1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses; em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$510.629 e R\$541.941 em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente.
- (2) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

### 9) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Depósitos judiciais				
Tributário	1.313.668	1.303.809	1.464.814	1.453.939
Cível	906.916	949.204	910.078	951.905
Trabalhista	230.110	235.757	236.177	241.455
Regulatório	276.284	266.647	276.284	266.647
<b>Total</b>	<b>2.726.978</b>	<b>2.755.417</b>	<b>2.887.353</b>	<b>2.913.946</b>
Bloqueios judiciais	25.756	29.205	26.833	30.432
<b>Total</b>	<b>2.752.734</b>	<b>2.784.622</b>	<b>2.914.186</b>	<b>2.944.378</b>

Circulante	158.840	176.242	159.901	177.433
Não circulante	2.593.894	2.608.380	2.754.285	2.766.945

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo).

	Consolidado	
	31.03.21	31.12.20
Tributos		
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	53.278	92.849
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	526.689	525.563
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	338.032	331.086
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	290.488	289.924
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	19.261	18.880
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	75.666	58.300
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	46.934	46.830
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	44.339	33.540
Outros impostos, taxas e contribuições	70.127	56.967
<b>Total</b>	<b>1.464.814</b>	<b>1.453.939</b>



## Notas Explicativas

### 10) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 29) (1)	146.410	165.009	146.462	165.062
Crédito com fornecedores	174.337	209.908	174.337	209.908
Adiantamentos a empregados e fornecedores	167.150	114.809	170.125	117.033
Créditos com partes relacionadas (nota 27)	78.578	70.833	80.643	72.835
Bens destinados à venda (2)	239.507	-	239.507	-
Outros valores a realizar (3)	25.902	27.684	25.991	27.765
<b>Total</b>	<b>831.884</b>	<b>588.243</b>	<b>837.065</b>	<b>592.603</b>

Circulante	669.422	404.243	674.334	408.349
Não circulante	162.462	184.000	162.731	184.254

- (1) Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, inclui os montantes de R\$140.407 e R\$158.959, respectivamente, referente à distribuição do *superávit* do PBS-A.
- (2) Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado que serão utilizados para a composição da participação societária da Companhia na FiBrasil (nota 1.d).
- (3) Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, inclui os montantes de R\$12.819 e R\$12.122, respectivamente, referente aos saldos de contratos de subarrendamento de áreas no *Data Center* de Curitiba, por um período de 22 anos e de estruturas (torres e *rooftops*) por um período de 10 anos (este ocorrido no 1º trimestre de 2020). Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante os exercícios.

### 11) INVESTIMENTOS

#### a) Informações das Investidas

As informações relativas às controladas diretas e de controle conjunto, são as mesmas da nota explicativa 11) Investimentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das controladas diretas e de controle conjunto nas quais a Companhia possui participação (nota 2 d).

#### Balancos patrimoniais

	31.03.21					31.12.20				
	Controladas				Controle conjunto	Controladas				Controle conjunto
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	POP Consolidada	Aliança / AIX / ACT	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	POP Consolidada	Aliança / AIX / ACT
<b>Participação no patrimônio líquido</b>	<b>100,00%</b>	<b>99,99%</b>	<b>100,00%</b>	<b>99,99%</b>	<b>50,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>99,99%</b>	<b>100,00%</b>	<b>99,99%</b>	<b>50,00%</b>
<b>Resumo do Balanço Patrimonial:</b>										
Ativo circulante	323.734	30.682	6.444	66.476	319.532	322.248	29.453	4.067	68.753	301.518
Ativo não circulante	253.567	9.812	-	56.105	9.701	256.440	9.196	-	55.500	10.426
<b>Total do ativo</b>	<b>577.301</b>	<b>40.494</b>	<b>6.444</b>	<b>122.581</b>	<b>329.233</b>	<b>578.688</b>	<b>38.649</b>	<b>4.067</b>	<b>124.253</b>	<b>311.944</b>
Passivo circulante	212.236	19.178	49	4.548	7.805	211.936	17.396	35	7.970	6.544
Passivo não circulante	118.255	10.096	-	49.237	17.124	116.135	9.560	-	48.506	18.090
Patrimônio líquido	246.810	11.220	6.395	68.796	304.304	250.617	11.693	4.032	67.777	287.310
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>577.301</b>	<b>40.494</b>	<b>6.444</b>	<b>122.581</b>	<b>329.233</b>	<b>578.688</b>	<b>38.649</b>	<b>4.067</b>	<b>124.253</b>	<b>311.944</b>
<b>Valor contábil do investimento</b>	<b>246.810</b>	<b>11.220</b>	<b>6.395</b>	<b>68.796</b>	<b>152.152</b>	<b>250.617</b>	<b>11.693</b>	<b>4.032</b>	<b>67.777</b>	<b>143.655</b>

## Notas Explicativas

## Demonstrações de resultados

	1º Trimestre de 2021					1º Trimestre de 2020				
	Controladas				Controle conjunto	Controladas				Controle conjunto
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	POP Consolidada	Aliança / AIX / ACT	Terra Networks Consolidada	TGLog	POP Consolidada	Aliança / AIX / ACT	
Receita operacional líquida	81.234	17.719	-	3.355	12.764	162.376	14.183	5.455	11.943	
Custos e receitas (despesas) operacionais	(75.629)	(17.515)	371	(1.919)	(8.802)	(88.296)	(13.994)	(2.721)	(10.514)	
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(391)	(231)	(8)	158	103	952	(171)	544	206	
Imposto de renda e contribuição social	(9.021)	(446)	-	(575)	(113)	(29.709)	-	(1.148)	(519)	
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>(3.807)</b>	<b>(473)</b>	<b>363</b>	<b>1.019</b>	<b>3.952</b>	<b>45.323</b>	<b>18</b>	<b>2.130</b>	<b>1.116</b>	
<b>Valor da equivalência patrimonial</b>	<b>(3.807)</b>	<b>(473)</b>	<b>363</b>	<b>1.019</b>	<b>1.976</b>	<b>45.323</b>	<b>18</b>	<b>2.130</b>	<b>558</b>	

## b) Movimentação dos investimentos

	Controladas					Controle conjunto	Outros investimentos	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
	Terra Networks Consolidada	TGLog	Vivo Money	CyberCo Brasil	POP Consolidada	Aliança / AIX / ACT				
<b>Saldos em 31.12.19</b>	<b>334.602</b>	<b>11.952</b>	-	-	<b>65.708</b>	<b>103.913</b>	<b>338</b>	<b>516.513</b>	<b>(412.262)</b>	<b>104.251</b>
Resultado de equivalência patrimonial	45.323	18	-	-	2.130	558	-	48.029	(47.471)	558
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	24.599	(86)	24.513	-	24.513
<b>Saldos em 31.03.20</b>	<b>379.925</b>	<b>11.970</b>	-	-	<b>67.838</b>	<b>129.070</b>	<b>252</b>	<b>589.055</b>	<b>(459.733)</b>	<b>129.322</b>
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa	-	-	4.000	7.000	-	-	-	11.000	(11.000)	-
Aporte de capital - bens do ativo imobilizado e intangível (notas 12 e 13)	-	-	-	19.008	-	-	-	19.008	(19.008)	-
Transações de capital na alienação da CyberCo Brasil para a Companhia	6	-	-	-	-	-	-	6	(6)	-
Transações de capital, efeitos na TIS/Terra, na alienação da CyberCo Brasil para a TTech	1.576	-	-	-	-	-	-	1.576	(1.576)	-
Resultado de equivalência patrimonial	132.153	451	32	(136)	(61)	176	-	132.615	(132.439)	176
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(263.766)	-	-	-	-	-	-	(263.766)	263.766	-
Outros resultados abrangentes	723	(728)	-	-	-	14.409	526	14.930	5	14.935
Alienação de investimentos na CyberCo Brasil para a TTech	-	-	-	(25.872)	-	-	-	(25.872)	25.872	-
<b>Saldos em 31.12.20</b>	<b>250.617</b>	<b>11.693</b>	<b>4.032</b>	-	<b>67.777</b>	<b>143.655</b>	<b>778</b>	<b>478.552</b>	<b>(334.119)</b>	<b>144.433</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(3.807)	(473)	363	-	1.019	1.976	-	(922)	2.898	1.976
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa	-	-	2.000	-	-	-	-	2.000	(2.000)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	6.521	(44)	6.477	-	6.477
<b>Saldos em 31.03.21</b>	<b>246.810</b>	<b>11.220</b>	<b>6.395</b>	-	<b>68.796</b>	<b>152.152</b>	<b>734</b>	<b>486.107</b>	<b>(333.221)</b>	<b>152.886</b>

## Notas Explicativas

## 12) IMOBILIZADO

## a) Composição, movimentação e taxas de depreciação

	Controladora							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
<b>Saldos e movimentações:</b>								
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>25.185.311</b>	<b>2.586.089</b>	<b>11.718.157</b>	<b>278.512</b>	<b>813.449</b>	<b>(173.817)</b>	<b>2.423.668</b>	<b>42.831.369</b>
Adições	84.699	24.305	86.612	-	40.062	-	1.132.566	1.368.244
Baixas líquidas (2)	(1.287)	(61)	(5.088)	(5)	(1.645)	1.052	(3.985)	(11.019)
Transferências líquidas	827.879	273.781	116.919	-	362	-	(1.297.726)	(78.785)
Subarrendamento (3)	-	-	(1.379)	-	-	-	-	(1.379)
Depreciação (nota 24)	(982.754)	(378.993)	(638.244)	-	(76.843)	-	-	(2.076.834)
<b>Saldo em 31.03.20</b>	<b>25.113.848</b>	<b>2.505.121</b>	<b>11.276.977</b>	<b>278.507</b>	<b>775.385</b>	<b>(172.765)</b>	<b>2.254.523</b>	<b>42.031.596</b>
Adições	(6.678)	53.596	4.428.162	-	152.204	-	4.548.042	9.175.326
Baixas líquidas (2)	(6.431)	(96)	(301.095)	(5.478)	(772)	9.699	(12.548)	(316.721)
Transferências líquidas	3.022.699	1.003.045	224.634	-	20.496	4.732	(4.384.997)	(109.391)
Subarrendamento (3)	-	-	(736)	-	-	-	-	(736)
Aporte de capital na CyberCo Brasil	(5)	-	-	-	(15.553)	(680)	-	(16.238)
Depreciação	(3.051.474)	(1.085.005)	(2.092.095)	-	(199.467)	-	-	(6.428.041)
<b>Saldo em 31.12.20</b>	<b>25.071.959</b>	<b>2.476.661</b>	<b>13.535.847</b>	<b>273.029</b>	<b>732.293</b>	<b>(159.014)</b>	<b>2.405.020</b>	<b>44.335.795</b>
Adições	23.489	31.758	1.023.466	-	11.175	(1.535)	1.420.226	2.508.579
Baixas líquidas (2)	(6.542)	(248)	(52.650)	(343)	(3.805)	2.917	(3.996)	(64.667)
Transferências líquidas	1.461.346	409.893	262.723	-	3.422	(2.353)	(2.171.877)	(36.846)
Bens destinados à venda (4)	(152.548)	(54.515)	(21.516)	-	(387)	-	(8.344)	(237.310)
Depreciação (nota 24)	(1.040.563)	(353.614)	(752.628)	-	(64.758)	-	-	(2.211.563)
<b>Saldo em 31.03.21</b>	<b>25.357.141</b>	<b>2.509.935</b>	<b>13.995.242</b>	<b>272.686</b>	<b>677.940</b>	<b>(159.985)</b>	<b>1.641.029</b>	<b>44.293.988</b>
Em 31.12.20								
Custo	86.709.653	20.568.988	30.608.040	273.029	5.217.044	(159.014)	2.405.020	145.622.760
Depreciação acumulada	(61.637.694)	(18.092.327)	(17.072.193)	-	(4.484.751)	-	-	(101.286.965)
<b>Total</b>	<b>25.071.959</b>	<b>2.476.661</b>	<b>13.535.847</b>	<b>273.029</b>	<b>732.293</b>	<b>(159.014)</b>	<b>2.405.020</b>	<b>44.335.795</b>
Em 31.03.21								
Custo	88.004.147	20.909.283	31.698.627	272.686	5.214.722	(159.985)	1.641.029	147.580.509
Depreciação acumulada	(62.647.006)	(18.399.348)	(17.703.385)	-	(4.536.782)	-	-	(103.286.521)
<b>Total</b>	<b>25.357.141</b>	<b>2.509.935</b>	<b>13.995.242</b>	<b>272.686</b>	<b>677.940</b>	<b>(159.985)</b>	<b>1.641.029</b>	<b>44.293.988</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado							Total
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
<b>Saldos e movimentações:</b>								
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>25.185.314</b>	<b>2.586.278</b>	<b>11.720.064</b>	<b>278.512</b>	<b>827.053</b>	<b>(174.508)</b>	<b>2.424.551</b>	<b>42.847.264</b>
Adições	84.699	24.305	86.612	-	41.142	-	1.132.182	1.368.940
Baixas líquidas (2)	(1.287)	(61)	(5.141)	(5)	(1.680)	1.052	(3.985)	(11.107)
Transferências líquidas	827.879	273.781	116.972	-	320	-	(1.297.726)	(78.774)
Subarrendamento (3)	-	-	(1.379)	-	-	-	-	(1.379)
Depreciação (nota 24)	(982.754)	(379.002)	(638.512)	-	(77.707)	-	-	(2.077.975)
<b>Saldo em 31.03.20</b>	<b>25.113.851</b>	<b>2.505.301</b>	<b>11.278.616</b>	<b>278.507</b>	<b>789.128</b>	<b>(173.456)</b>	<b>2.255.022</b>	<b>42.046.969</b>
Adições	(6.678)	53.628	4.431.135	-	154.307	-	4.548.525	9.180.917
Baixas líquidas (2)	(6.432)	(109)	(301.078)	(5.478)	(1.190)	9.699	(12.548)	(317.136)
Transferências líquidas	3.022.699	1.003.065	224.581	-	20.537	4.732	(4.385.016)	(109.402)
Subarrendamento (3)	-	-	(736)	-	-	-	-	(736)
Aporte de capital na CyberCo Brasil	(5)	-	-	-	(15.553)	(680)	-	(16.238)
Depreciação	(3.051.474)	(1.085.039)	(2.093.115)	-	(202.153)	-	-	(6.431.781)
<b>Saldo em 31.12.20</b>	<b>25.071.961</b>	<b>2.476.846</b>	<b>13.539.403</b>	<b>273.029</b>	<b>745.076</b>	<b>(159.705)</b>	<b>2.405.983</b>	<b>44.352.593</b>
Adições	23.489	31.758	1.023.408	-	11.284	(1.535)	1.420.023	2.508.427
Baixas líquidas (2)	(6.544)	(248)	(53.147)	(343)	(3.802)	2.917	(3.996)	(65.163)
Transferências líquidas	1.461.346	409.893	262.721	-	3.670	(2.353)	(2.172.135)	(36.858)
Bens destinados à venda (4)	(152.548)	(54.515)	(21.516)	-	(387)	-	(8.344)	(237.310)
Depreciação (nota 24)	(1.040.563)	(353.623)	(753.231)	-	(65.716)	-	-	(2.213.133)
<b>Saldo em 31.03.21</b>	<b>25.357.141</b>	<b>2.510.111</b>	<b>13.997.638</b>	<b>272.686</b>	<b>690.125</b>	<b>(160.676)</b>	<b>1.641.531</b>	<b>44.308.556</b>
Em 31.12.20								
Custo	86.709.680	20.569.803	30.633.254	273.029	5.380.579	(159.705)	2.405.983	145.812.623
Depreciação acumulada	(61.637.719)	(18.092.957)	(17.093.851)	-	(4.635.503)	-	-	(101.460.030)
<b>Total</b>	<b>25.071.961</b>	<b>2.476.846</b>	<b>13.539.403</b>	<b>273.029</b>	<b>745.076</b>	<b>(159.705)</b>	<b>2.405.983</b>	<b>44.352.593</b>
Em 31.03.21								
Custo	88.004.173	20.910.098	31.722.955	272.686	5.378.615	(160.676)	1.641.531	147.769.382
Depreciação acumulada	(62.647.032)	(18.399.987)	(17.725.317)	-	(4.688.490)	-	-	(103.460.826)
<b>Total</b>	<b>25.357.141</b>	<b>2.510.111</b>	<b>13.997.638</b>	<b>272.686</b>	<b>690.125</b>	<b>(160.676)</b>	<b>1.641.531</b>	<b>44.308.556</b>

- (1) A Companhia e suas controladas reconheceram perdas estimadas e baixas (quando aplicável) para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentadas nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (2) Em infraestrutura, inclui os montantes de R\$51.247 e R\$288.603 em 2021 e 2020, respectivamente, referente a cancelamento de contratos de arrendamento.
- (3) Refere-se aos contratos de subarrendamento de estruturas (torres e *rooftops*) em 2020 e de áreas no *data center* de Curitiba em 2019.
- (4) Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado que serão utilizados para a composição societária da Companhia na FiBrasil (nota 1.d).

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de depreciação para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, exceto para os ativos de arrendamentos (apresentados na nota 12 b).

**Notas Explicativas**

Descrição	Controladora / Consolidado
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50% a 25,00%
Equipamentos terminais/modems (1)	6,67% a 50,00%
Infraestrutura	2,50% a 66,67%
Outros ativos imobilizados	10,00% a 25,00%

(1) Inclui aparelhos celulares em comodato, com taxas anuais de depreciação de 25,00% a 50,00%.

**b) Informações adicionais dos arrendamentos**

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 12.a). Estas informações incluem os montantes de arrendamentos enquadrados pelo IAS 17 e provisão para desmantelamento para estes arrendamentos.

	Consolidado			
	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Outros ativos	Total
<b>Taxa anual de depreciação (%)</b>	<b>5,00 a 92,31</b>	<b>3,05 a 92,31</b>	<b>20,00</b>	
<b>Saldos e movimentações:</b>				
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>346.306</b>	<b>8.401.685</b>	<b>3.220</b>	<b>8.751.211</b>
Adições	82.950	47.404	-	130.354
Subarrendamento (nota 12.a)	-	(1.379)	-	(1.379)
Depreciação	(12.523)	(499.633)	(1.933)	(514.089)
Cancelamentos de contratos	-	(4.866)	-	(4.866)
<b>Saldo em 31.03.20</b>	<b>416.733</b>	<b>7.943.211</b>	<b>1.287</b>	<b>8.361.231</b>
Adições	(27.046)	4.347.405	10.564	4.330.923
Subarrendamento (nota 12.a)	-	(736)	-	(736)
Depreciação	(31.176)	(1.678.904)	(1.470)	(1.711.550)
Baixa líquida	-	(4.902)	-	(4.902)
Cancelamentos de contratos	(420)	(283.737)	-	(284.157)
<b>Saldo em 31.12.20</b>	<b>358.091</b>	<b>10.322.337</b>	<b>10.381</b>	<b>10.690.809</b>
Adições	17.416	1.001.100	-	1.018.516
Depreciação	(14.097)	(618.103)	(1.531)	(633.731)
Cancelamentos de contratos	-	(51.247)	-	(51.247)
<b>Saldo em 31.03.21</b>	<b>361.410</b>	<b>10.654.087</b>	<b>8.850</b>	<b>11.024.347</b>

**c) Bens do imobilizado em garantia**

Em 31 de março de 2021, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$85.662 (R\$85.172 em 31 de dezembro de 2020).

## Notas Explicativas

### d) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 31 de março de 2021, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$6.592.715 (R\$6.712.599 em 31 de dezembro de 2020), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

## 13) INTANGÍVEL

### a) Composição, movimentação e taxas de amortização

	Controladora								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento	
<b>Saldos e movimentações:</b>									
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>23.059.172</b>	<b>3.690.567</b>	<b>928.833</b>	<b>905.205</b>	<b>12.091.821</b>	<b>45.654</b>	<b>(499)</b>	<b>549.979</b>	<b>41.270.732</b>
Adições	-	112.553	-	-	-	-	-	295.199	407.752
Baixas líquidas	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Transferências líquidas	-	204.580	-	-	-	-	-	(125.795)	78.785
Amortização (nota 24)	-	(328.670)	(88.250)	(21.051)	(227.681)	(775)	-	-	(666.427)
<b>Saldo em 31.03.20</b>	<b>23.059.172</b>	<b>3.679.029</b>	<b>840.583</b>	<b>884.154</b>	<b>11.864.140</b>	<b>44.879</b>	<b>(499)</b>	<b>719.383</b>	<b>41.090.841</b>
Adições (1)	-	410.695	-	-	184.300	-	(12.230)	878.449	1.461.214
Baixas líquidas (2)	(32.743)	(219)	-	-	-	-	-	-	(32.962)
Transferências líquidas	-	1.006.067	-	-	-	-	-	(896.676)	109.391
Aporte de capital na CyberCo Brasil	-	(2.770)	-	-	-	-	-	-	(2.770)
Amortização	-	(1.090.712)	(207.017)	(63.154)	(686.730)	(2.327)	-	-	(2.049.940)
<b>Saldo em 31.12.20</b>	<b>23.026.429</b>	<b>4.002.090</b>	<b>633.566</b>	<b>821.000</b>	<b>11.361.710</b>	<b>42.552</b>	<b>(12.729)</b>	<b>701.156</b>	<b>40.575.774</b>
Adições	-	217.615	-	-	-	-	(2.077)	234.142	449.680
Baixas líquidas	-	(15.385)	-	-	-	-	12.453	-	(2.932)
Transferências líquidas	-	655.778	-	-	-	-	2.353	(621.285)	36.846
Bens destinados à venda (3)	-	(2.197)	-	-	-	-	-	-	(2.197)
Amortização (nota 24)	-	(370.320)	(66.600)	(21.052)	(232.974)	(775)	-	-	(691.721)
<b>Saldo em 31.03.21</b>	<b>23.026.429</b>	<b>4.487.581</b>	<b>566.966</b>	<b>799.948</b>	<b>11.128.736</b>	<b>41.777</b>	<b>-</b>	<b>314.013</b>	<b>40.365.450</b>
Em 31.12.20									
Custo	23.026.429	19.953.637	4.438.017	1.658.897	20.428.520	269.557	(12.729)	701.156	70.463.484
Amortização acumulada	-	(15.951.547)	(3.804.451)	(837.897)	(9.066.810)	(227.005)	-	-	(29.887.710)
<b>Total</b>	<b>23.026.429</b>	<b>4.002.090</b>	<b>633.566</b>	<b>821.000</b>	<b>11.361.710</b>	<b>42.552</b>	<b>(12.729)</b>	<b>701.156</b>	<b>40.575.774</b>
Em 31.03.21									
Custo	23.026.429	20.806.146	4.440.717	1.658.897	20.428.520	269.557	-	314.013	70.944.279
Amortização acumulada	-	(16.318.565)	(3.873.751)	(858.949)	(9.299.784)	(227.780)	-	-	(30.578.829)
<b>Total</b>	<b>23.026.429</b>	<b>4.487.581</b>	<b>566.966</b>	<b>799.948</b>	<b>11.128.736</b>	<b>41.777</b>	<b>-</b>	<b>314.013</b>	<b>40.365.450</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado									
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							Softwares em andamento	Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares			
<b>Saldos e movimentações:</b>										
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>23.059.172</b>	<b>3.693.754</b>	<b>928.833</b>	<b>905.205</b>	<b>12.091.821</b>	<b>45.730</b>	<b>(499)</b>	<b>550.936</b>	<b>41.274.952</b>	
Adições	-	113.665	-	-	-	-	-	295.276	408.941	
Baixas líquidas	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)	
Transferências líquidas	-	204.569	-	-	-	-	-	(125.795)	78.774	
Amortização (nota 24)	-	(328.957)	(88.250)	(21.051)	(227.681)	(776)	-	-	(666.715)	
<b>Saldo em 31.03.20</b>	<b>23.059.172</b>	<b>3.683.030</b>	<b>840.583</b>	<b>884.154</b>	<b>11.864.140</b>	<b>44.954</b>	<b>(499)</b>	<b>720.417</b>	<b>41.095.951</b>	
Adições (1)	-	412.447	-	-	184.300	-	(12.230)	879.006	1.463.523	
Baixas líquidas (2)	(32.743)	(219)	-	-	-	-	-	-	(32.962)	
Transferências líquidas	-	1.006.745	-	-	-	-	-	(897.343)	109.402	
Aporte de capital na CyberCo Brasil	-	(2.770)	-	-	-	-	-	-	(2.770)	
Amortização	-	(1.091.800)	(207.017)	(63.154)	(686.730)	(2.326)	-	-	(2.051.027)	
<b>Saldo em 31.12.20</b>	<b>23.026.429</b>	<b>4.007.433</b>	<b>633.566</b>	<b>821.000</b>	<b>11.361.710</b>	<b>42.628</b>	<b>(12.729)</b>	<b>702.080</b>	<b>40.582.117</b>	
Adições	-	217.802	-	-	-	-	(2.077)	234.245	449.970	
Baixas líquidas	-	(15.385)	-	-	-	-	12.453	-	(2.932)	
Transferências líquidas	-	656.029	-	-	-	-	2.353	(621.524)	36.858	
Bens destinados à venda (3)	-	(2.197)	-	-	-	-	-	-	(2.197)	
Amortização (nota 24)	-	(370.753)	(66.600)	(21.052)	(232.974)	(775)	-	-	(692.154)	
<b>Saldo em 31.03.21</b>	<b>23.026.429</b>	<b>4.492.929</b>	<b>566.966</b>	<b>799.948</b>	<b>11.128.736</b>	<b>41.853</b>	<b>-</b>	<b>314.801</b>	<b>40.371.662</b>	
Em 31.12.20										
Custo	23.026.429	20.069.371	4.438.017	1.658.897	20.428.520	269.640	(12.729)	702.080	70.580.225	
Amortização acumulada	-	(16.061.938)	(3.804.451)	(837.897)	(9.066.810)	(227.012)	-	-	(29.998.108)	
<b>Total</b>	<b>23.026.429</b>	<b>4.007.433</b>	<b>633.566</b>	<b>821.000</b>	<b>11.361.710</b>	<b>42.628</b>	<b>(12.729)</b>	<b>702.080</b>	<b>40.582.117</b>	
Em 31.03.21										
Custo	23.026.429	20.922.319	4.440.717	1.658.897	20.428.520	269.639	-	314.801	71.061.322	
Amortização acumulada	-	(16.429.390)	(3.873.751)	(858.949)	(9.299.784)	(227.786)	-	-	(30.689.660)	
<b>Total</b>	<b>23.026.429</b>	<b>4.492.929</b>	<b>566.966</b>	<b>799.948</b>	<b>11.128.736</b>	<b>41.853</b>	<b>-</b>	<b>314.801</b>	<b>40.371.662</b>	

(1) O ingresso em licenças, ocorrido em 2020, refere-se à prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP no Estado do Rio de Janeiro, concedida pela ANATEL em 29 de novembro de 2020 (nota 1.b).

(2) A baixa proporcional do ágio, refere-se à alienação do investimento da CyberCo Brasil, conforme o parágrafo 86 do CPC 01 (R1) / IAS 36.

(3) Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado que serão utilizados na composição da participação societária da Companhia na FiBrasil (nota 1.d).

A seguir, apresentamos a seguir um quadro das taxas de amortização para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Descrição	Controladora / Consolidado
Softwares	20,00%
Carteira de clientes	12,50%
Marcas	7,70%
Licenças	3,60% a 6,67%
Outros intangíveis	20,00%

**Notas Explicativas****14) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Encargos e benefícios sociais	416.382	331.952	437.392	350.138
Participação de empregados nos resultados	120.645	278.283	124.591	285.079
Planos de remuneração baseados em ações (nota 28)	99.894	85.559	100.661	86.296
Salários e remunerações	24.575	45.235	26.046	46.495
<b>Total</b>	<b>661.496</b>	<b>741.029</b>	<b>688.690</b>	<b>768.008</b>

Circulante	653.248	737.354	680.442	764.329
Não circulante	8.248	3.675	8.248	3.679

**15) FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Fornecedores diversos (Opex, CaPex, Serviços e Mercadorias)	6.735.748	5.685.956	6.796.038	5.741.208
Partes relacionadas (nota 27)	584.374	568.035	551.734	489.339
Valores a repassar (operadoras, <i>cobilling</i> )	204.916	199.562	204.916	199.562
Interconexão / interligação	223.749	182.895	223.749	182.895
<b>Total</b>	<b>7.748.787</b>	<b>6.636.448</b>	<b>7.776.437</b>	<b>6.613.004</b>

**16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Fistel (1)	1.347.975	671.145	1.347.975	671.145
ICMS	801.140	812.077	851.371	861.464
PIS e COFINS	279.500	217.724	283.643	221.323
Fust e Funttel	87.444	88.088	87.444	88.088
ISS, CIDE e outros tributos	69.083	72.442	82.162	84.772
<b>Total</b>	<b>2.585.142</b>	<b>1.861.476</b>	<b>2.652.595</b>	<b>1.926.792</b>

Circulante	2.308.524	1.590.784	2.326.580	1.607.434
Não circulante	276.618	270.692	326.015	319.358

(1) Refere-se aos saldos residuais de 2020 e 2021 que, conforme decisões do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, proferidas em 18 de março de 2020 e 10 de março de 2021, respectivamente, estão com o recolhimento suspenso.



## Notas Explicativas

### 17) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

#### a) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha R\$44.369 a receber da Terra Networks.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

#### b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

##### b.1) Composição

	Controladora / Consolidado	
	31.03.21	31.12.20
Telefónica Latinoamérica Holding	923.312	837.113
Telefónica	1.128.001	1.021.474
SP Telecomunicações Participações	730.425	660.012
Telefónica Chile	2.047	1.849
Acionistas não controladores	1.440.974	1.345.550
<b>Total</b>	<b>4.224.759</b>	<b>3.865.998</b>

##### b.2) Movimentação

	Controladora/Consolidado
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>3.587.417</b>
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	357.000
IRRF sobre acionistas isentos/ímmunes de JSCP	1.579
<b>Saldo em 31.03.20</b>	<b>3.945.996</b>
Dividendos complementares de 2019	2.195.575
JSCP intermediários (líquidos de IRRF) e dividendos	3.078.500
Prescrição de dividendos e JSCP	(99.788)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(5.259.367)
IRRF sobre acionistas isentos/ímmunes de JSCP	5.082
<b>Saldo em 31.12.20</b>	<b>3.865.998</b>
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	357.000
Pagamentos de dividendos e JSCP	(145)
IRRF sobre acionistas isentos/ímmunes de JSCP	1.906
<b>Saldo em 31.03.21</b>	<b>4.224.759</b>

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

### 18) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias, regulatórias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmantelamento.

**Notas Explicativas**

Controladora							
	Provisões para demandas judiciais				Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório			
<b>Saldos em 31.12.19</b>	<b>513.931</b>	<b>1.489.379</b>	<b>788.343</b>	<b>1.145.736</b>	<b>831.722</b>	<b>635.862</b>	<b>5.404.973</b>
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25)	40.218	9.250	92.262	11.673	(6.131)	-	147.272
Outros ingressos (reversões)	-	1	(638)	-	-	317	(320)
Baixas por pagamento	(62.447)	(9.204)	(118.150)	(19.734)	-	-	(209.535)
Atualização monetária	28.068	12.284	62.795	12.073	4.430	(3.563)	116.087
<b>Saldos em 31.03.20</b>	<b>519.770</b>	<b>1.501.710</b>	<b>824.612</b>	<b>1.149.748</b>	<b>830.021</b>	<b>632.616</b>	<b>5.458.477</b>
Ingressos (reversões), líquidos	94.392	113.146	280.521	57.813	(12.500)	-	533.372
Outros ingressos (reversões) (1)	-	(1)	(1.467)	-	-	(244.221)	(245.689)
Baixas por pagamento	(216.853)	(15.531)	(455.404)	(20.048)	-	-	(707.836)
Atualização monetária	75.871	112.267	215.865	19.818	5.724	19.420	448.965
<b>Saldos em 31.12.20</b>	<b>473.180</b>	<b>1.711.591</b>	<b>864.127</b>	<b>1.207.331</b>	<b>823.245</b>	<b>407.815</b>	<b>5.487.289</b>
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25) (2)	43.239	72.638	108.391	(16.125)	(234.001)	-	(25.858)
Outros ingressos (reversões)	-	-	(42)	-	-	(773)	(815)
Baixas por pagamento	(59.157)	(9.777)	(116.010)	(5.030)	-	-	(189.974)
Atualização monetária (2)	26.342	20.989	70.141	44.176	(69.019)	(9.978)	82.651
<b>Saldos em 31.03.21</b>	<b>483.604</b>	<b>1.795.441</b>	<b>926.607</b>	<b>1.230.352</b>	<b>520.225</b>	<b>397.064</b>	<b>5.353.293</b>
<b>Em 31.12.20</b>							
Circulante	173.190	-	179.449	60.055	-	51	412.745
Não circulante	299.990	1.711.591	684.678	1.147.276	823.245	407.764	5.074.544
<b>Em 31.03.21</b>							
Circulante	181.315	9.733	192.403	57.160	-	51	440.662
Não circulante	302.289	1.785.708	734.204	1.173.192	520.225	397.013	4.912.631

## Notas Explicativas

Consolidado							
	Provisões para demandas judiciais				Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório			
<b>Saldos em 31.12.19</b>	<b>547.874</b>	<b>1.575.949</b>	<b>797.448</b>	<b>1.145.736</b>	<b>831.722</b>	<b>636.689</b>	<b>5.535.418</b>
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25)	38.392	9.273	93.421	11.673	(6.131)	-	146.628
Outros ingressos (reversões)	3.056	1	(2.211)	-	-	317	1.163
Baixas por pagamento	(64.856)	(9.232)	(118.495)	(19.734)	-	-	(212.317)
Atualização monetária	29.562	12.676	63.035	12.073	4.430	(3.563)	118.213
<b>Saldos em 31.03.20</b>	<b>554.028</b>	<b>1.588.667</b>	<b>833.198</b>	<b>1.149.748</b>	<b>830.021</b>	<b>633.443</b>	<b>5.589.105</b>
Ingressos (reversões), líquidos	87.775	113.146	281.043	57.813	(12.500)	-	527.277
Outros ingressos (reversões) (1)	3.334	(1)	(3.809)	-	-	(244.221)	(244.697)
Baixas por pagamento	(222.172)	(15.531)	(456.989)	(20.048)	-	-	(714.740)
Atualização monetária	76.745	112.971	218.508	19.818	5.724	19.420	453.186
<b>Saldos em 31.12.20</b>	<b>499.710</b>	<b>1.799.252</b>	<b>871.951</b>	<b>1.207.331</b>	<b>823.245</b>	<b>408.642</b>	<b>5.610.131</b>
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25) (2)	43.636	72.887	109.274	(16.125)	(234.001)	-	(24.329)
Outros ingressos (reversões)	113	-	125	-	-	(1.600)	(1.362)
Baixas por pagamento	(60.175)	(9.777)	(116.708)	(5.030)	-	-	(191.690)
Atualização monetária (2)	27.209	21.174	70.994	44.176	(69.019)	(9.978)	84.556
<b>Saldos em 31.03.21</b>	<b>510.493</b>	<b>1.883.536</b>	<b>935.636</b>	<b>1.230.352</b>	<b>520.225</b>	<b>397.064</b>	<b>5.477.306</b>

## Em 31.12.20

Circulante	176.582	-	180.965	60.055	-	51	417.653
Não circulante	323.128	1.799.252	690.986	1.147.276	823.245	408.591	5.192.478

## Em 31.03.21

Circulante	183.387	9.733	193.943	57.160	-	51	444.274
Não circulante	327.106	1.873.803	741.693	1.173.192	520.225	397.013	5.033.032

(1) Provisão para desmantelamento: principalmente pela reversão decorrente da revisão de custos para desmantelamento de *sites* técnicos. Os efeitos desta reversão, foram reconhecidos em contrapartida no ativo imobilizado.

(2) Passivo contingente (PPA): principalmente pela reversão de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs de período não lançado.

**a) Provisões e contingências trabalhistas**

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Provisões	483.604	473.180	510.493	499.710
Contingências possíveis	1.366.184	1.406.232	1.394.926	1.435.790

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

## Notas Explicativas

A Companhia também figura no polo passivo de ações ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação das alterações ocorridas no plano médico. Atualmente, existem quatro ações em andamento com esse objeto. Todas estão em fase avançada, aguardando julgamento dos Tribunais Superiores, sendo que duas permanecem na Justiça Trabalhista e duas foram remetidas para a Justiça Cível. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera estas ações como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações em razão da natureza dos pedidos (anulação das alterações de planos de saúde), pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia. Diante disso, não foram provisionados valores de perda para esses processos.

### **b) Provisões e contingências tributárias**

A Companhia e/ou suas controladas possuem diversas autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por supostas deduções indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%).

A Companhia também possui diversas autuações lavradas pela RFB em que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é inferior a 50%, sendo reconhecidos passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os montantes envolvidos para tais casos estão apresentados na nota 7 e).

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Provisões	1.795.441	1.711.591	1.883.536	1.799.252
Federais	627.467	534.585	715.562	622.246
Estaduais	617.007	625.019	617.007	625.019
Municipais	35.474	37.506	35.474	37.506
FUST	515.493	514.481	515.493	514.481
Contingências possíveis	28.997.961	28.701.131	29.667.144	29.368.422
Federais	3.135.578	3.228.243	3.165.415	3.257.998
Estaduais	17.194.229	16.835.194	17.807.670	17.447.000
Municipais	768.176	747.425	775.716	754.827
FUST, FUNTTEL e FISTEL	7.899.978	7.890.269	7.918.343	7.908.597

#### **b.1) Provisões tributárias**

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

##### Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (vi) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%.

## Notas Explicativas

### Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; e (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes.

### Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

### FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

#### b.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

### Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”; (b) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (c) retenção de 11% (cessão de mão de obra); (d) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; e (e) PLR; (iii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (iv) PIS e COFINS sobre (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (v) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo); (vi) IOF, exigência relativa as operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (vii) IRRF sobre ganho de capital incidente na venda do Grupo GVT à Companhia (ação incluída no exercício de 2020).

## Notas Explicativas

### Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) estorno de créditos extemporâneos; (iii) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (iv) *co-billing*; (v) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vi) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (vii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (viii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (ix) cobrança diferida referente à interconexão (Detraf); (x) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xi) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiii) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xiv) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xv) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvi) multa Detraf; (xvii) consumo próprio; (xviii) isenção de órgãos públicos; (xix) valores dados a título de descontos; (xx) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxi) serviços de publicidade; (xxii) serviços não medidos; e (xxiii) assinatura mensal, que se encontra no Superior Tribunal Federal (“STF”) com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

### Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; e (h) serviços prestados por terceiros; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

### FUST, FUNTTEL e FISTEL

#### Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (“EILD”) na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas cobranças administrativas e judiciais pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de março de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R\$4.401.353 (R\$4.399.325 em 31 de dezembro de 2020).

#### Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (“FUNTTEL”)

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de março de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R\$766.679 (R\$764.655 em 31 de dezembro de 2020).

## Notas Explicativas

### Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de março de 2021, o montante consolidado envolvido totalizava R\$2.750.311 (R\$2.744.617 em 31 de dezembro de 2020).

### **c) Provisões e contingências cíveis**

Natureza/Grau de Risco	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Provisões	926.607	864.127	935.636	871.951
Contingências possíveis	2.691.428	3.358.800	2.704.759	3.374.200

#### c.1) Provisões cíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação às plantas comunitárias de telefonia e aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de março de 2021 o montante consolidado provisionado era de R\$300.817 (R\$290.993 em 31 de dezembro de 2020).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de março de 2021 o montante consolidado provisionado era de R\$271.538 (R\$240.810 em 31 de dezembro de 2020).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2021, o montante consolidado provisionado era de R\$363.281 (R\$340.148 em 31 de dezembro de 2020).

#### c.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em síntese, restabelecimento ao "status quo" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou parcialmente a sentença de improcedência. Em paralelo, as partes formularam acordo, já protocolado aos autos, mas ainda pendente de homologação judicial. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexecutibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

## Notas Explicativas

- Ação Civil Pública proposta pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), em que a ASTEL figura como sua assistente proposta contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. Após julgamento de procedência da ação em primeiro grau e confirmação da sentença em grau de apelação, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração. Em paralelo, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) interveio no processo, o que ocasionou a remessa dos autos para a Justiça Federal. Aguarda-se o recebimento do processo na Justiça Federal. O valor é inestimável e os pedidos não têm como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno ao acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo órgão de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2021, o montante consolidado era de R\$2.704.759 (R\$3.374.200 em 31 de dezembro de 2020).
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ações judiciais em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstinhasse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia, que está em curso. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, é ré, atualmente, em apenas uma ação coletiva proposta pelo Ministério Público que contesta a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. O demandante alega que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Sobre este processo, existe recurso pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal (“TRF”). A outra ação coletiva, com esse mesmo objeto, que já estava no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) transitou em julgado com decisão favorável à Companhia. Os demais processos, já encerrados, também tiveram decisões favoráveis aos interesses da Companhia transitadas em julgado.

### d) Provisões e contingências regulatórias

	Controladora / Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	31.03.21	31.12.20
Provisões	1.230.352	1.207.331
Contingências possíveis	5.319.589	5.617.806



## Notas Explicativas

### d.1) Provisões regulatórias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem, em grande maioria, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

### d.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia mantém processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL (outros agentes, incluindo outras operadoras também têm demandas contra a Companhia) com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem majoritariamente sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

Casos relevantes na carteira de contingências regulatórias possíveis incluem:

- Processos administrativos e judiciais que discutem a forma de a ANATEL calcular o valor de ônus devido em razão da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. Na visão da ANATEL, o cálculo de ônus deve considerar a aplicação do percentual de 2% sobre todo o proveito econômico decorrente da prestação do serviço de STFC/SMP. Na visão da Companhia, porém, as receitas que não são parte dos planos de serviço de STFC/SMP, tal como definido pela regulamentação à época da assinatura dos termos de autorização/contratos de concessão, não devem ser consideradas no cálculo do ônus. Como resultado dessa divergência de entendimento, a Companhia ingressou com pleitos administrativos e ações judiciais para questionar as cobranças de ônus da ANATEL.
- A Companhia propôs, em maio de 2018, ação judicial para anular decisão final da ANATEL, de março do mesmo ano, nos autos do Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") por supostas infrações ao regulamento de telefonia fixa. A multa aplicada pela ANATEL, e objeto da ação judicial, totaliza R\$211.576 como valor principal. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os valores atualizados, acrescidos de juros e correção monetária, alcançavam aproximadamente R\$487.460 e R\$485.828, respectivamente. A Companhia entende que a multa aplicada é ilegal e indevida com base, fundamentalmente, nos seguintes argumentos de defesa: (i) o equívoco da ANATEL ao determinar o universo de usuários considerado na multa (número de usuários afetados é menor do que o considerado pela ANATEL) e; (ii) o cálculo de sanção de multa é desproporcional e sem embasamento. A ação está em primeira instância e, neste momento, aguarda sentença, após a Companhia ter juntado laudo pericial que suporta os argumentos a favor da redução da multa.
- Processo administrativo que tramita no CADE, apura suposta ação coordenada entre as empresas Claro, Oi Móvel e a Telefônica Brasil, que compuseram o Consórcio Rede Correios para concorrer no pregão eletrônico n. 144/2015, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; bem como suposta discriminação de preços, por parte da Telefônica Brasil, em relação a serviços ofertados à empresa BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda. ("BT"), que comporiam sua proposta para concorrer no referido certame. Em sua defesa, a Telefônica Brasil (i) afirma que a formação de consórcios para participação em licitações públicas é legal e capaz de promover a concorrência; e (ii) demonstra que não há fundamentação para alegação de conduta discriminatória, já que: (a) a Telefônica Brasil não era a única alternativa de fornecedora da BT; e (b) não é correto comparar os preços do serviço oferecido pelo consórcio aos do serviço cotado pela BT, pois existem diferenciações entre eles de ordem técnica, de precificação e de quantidade de recursos envolvidos. Em 8 de março de 2021, foi publicada a Nota Técnica da Superintendência-Geral opinando pela configuração de infrações da ordem econômica praticada pelas empresas citadas. O processo foi encaminhado para análise e decisão do Tribunal do CADE, mas antes a ProCADE e o MPF devem emitir seus respectivos pareceres.

### e) Garantias

A Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, regulatória, cível e trabalhista, como segue:

## Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.03.21	31.12.20
Seguros garantia	16.435.819	15.051.091
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 9)	2.914.186	2.944.378
Cartas fiança	2.902.889	2.970.370
Imóveis e equipamentos (nota 12)	85.662	85.172
<b>Total</b>	<b>22.338.556</b>	<b>21.051.011</b>

Em 31 de março de 2021, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e suas controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$42.887 (R\$46.280 em 31 de dezembro de 2020).

### 19) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

Em 31 de março de 2021, as condições contratuais dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, são as mesmas da nota explicativa 20) Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

#### a) Informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos

	Consolidado									
	Informações em 31 de Março de 2021			31.03.21			31.12.20			
	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Instituições financeiras (a.1)</b>			<b>45</b>	<b>43</b>		<b>88</b>	<b>61</b>	<b>51</b>		<b>112</b>
PSI	2,5% a 5,5%	jan-23	45	43		88	61	51		112
<b>Fornecedores (a.2)</b>	108,3% a 149,0% do CDI	abr-22	<b>490.590</b>	<b>20.026</b>		<b>510.616</b>	<b>375.700</b>	-		<b>375.700</b>
<b>Debêntures (a.3)</b>			<b>1.030.156</b>	-		<b>1.030.156</b>	<b>1.044.668</b>	<b>999.908</b>		<b>2.044.576</b>
1ª emissão – Minas Comunica	IPCA+0,50%	jul-21	30.108	-		30.108	29.352	-		29.352
5ª emissão	108,25% do CDI	fev-22	1.000.048	-		1.000.048	1.015.316	999.908		2.015.224
<b>Arrendamentos (a.4)</b>	8,55 % / IPCA		<b>2.517.241</b>	<b>8.787.951</b>		<b>11.305.192</b>	<b>2.262.043</b>	<b>8.556.735</b>		<b>10.818.778</b>
<b>Total</b>			<b>4.038.032</b>	<b>8.808.020</b>		<b>12.846.052</b>	<b>3.682.472</b>	<b>9.556.694</b>		<b>13.239.166</b>

#### a.1) Empréstimos e financiamentos – instituições financeiras

Alguns contratos de financiamento firmados com instituições financeiras, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas até 31 de dezembro de 2017, foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados.

As subvenções concedidas a partir de 1º de janeiro de 2018, foram ajustadas a valor presente, contabilizadas no ativo fixo e estão sendo depreciadas de acordo com a vida útil dos ativos subjacentes financiados.

Estes contratos têm como garantia a alienação dos ativos financiados.

## Notas Explicativas

### a.2) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 108,3% a 149,0% do CDI (114,6% a 149,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

### a.3) Debêntures

Os custos de transação associados a 5ª emissão, cujo montante em 31 de março de 2021 era de R\$922 (R\$1.376 em 31 de dezembro de 2020), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Estes contratos têm garantia quirografária.

### a.4) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de estruturas (torres e *rooftops*), decorrentes de operações de venda e *leaseback*; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão; escritórios, lojas e imóveis comerciais. O valor contábil dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

A seguir, apresentamos os saldos dos montantes de arrendamentos a pagar.

	Consolidado	
	31.03.21	31.12.20
Valor nominal a pagar	13.912.341	13.526.001
Despesa financeira não realizada	(2.607.149)	(2.707.223)
<b>Valor presente a pagar (1)</b>	<b>11.305.192</b>	<b>10.818.778</b>
Circulante	2.517.241	2.262.043
Não circulante	8.787.951	8.556.735

(1) Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, incluíam os montantes de R\$1.528.715 e R\$1.470.508, referente a contratos de arrendamentos com empresas do Grupo Telefónica (nota 27).

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de março de 2021:

	Consolidado
2021	2.517.241
2022	2.379.198
2023	2.149.698
2024	1.604.435
2025	953.107
2026 em diante	1.701.513
<b>Total</b>	<b>11.305.192</b>

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 31 de março de 2021 é de 8,55%, com prazo médio de vencimento de 5,91 anos.

## Notas Explicativas

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

### b) Cronograma de pagamentos

A seguir, apresentamos a composição por ano de vencimento dos montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e arrendamentos em 31 de março de 2021.

Ano	Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	Financiamentos - fornecedores	Arrendamentos	Total
2022	43	20.026	2.379.198	2.399.267
2023	-	-	2.149.698	2.149.698
2024	-	-	1.604.435	1.604.435
2025	-	-	953.107	953.107
2026 em diante	-	-	1.701.513	1.701.513
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>20.026</b>	<b>8.787.951</b>	<b>8.808.020</b>

### c) Cláusulas restritivas

Os financiamentos contratados junto a instituições financeiras e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas no item a) desta nota, é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

### d) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente.

**Notas Explicativas**

	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento - fornecedores	Contraprestação contingente	
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>48.850</b>	<b>3.104.350</b>	<b>9.191.151</b>	<b>996.274</b>	<b>484.048</b>	<b>13.824.673</b>
Ingressos	-	-	497.387	56.257	-	553.644
Encargos financeiros (nota 26)	718	33.394	91.810	10.692	2.859	139.473
Custos de emissão	-	233	-	-	-	233
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(6.683)	-	-	(6.683)
Baixas (pagamentos)	(9.127)	(55.768)	(656.026)	(407.740)	-	(1.128.661)
<b>Saldo em 31.03.20</b>	<b>40.441</b>	<b>3.082.209</b>	<b>9.117.639</b>	<b>655.483</b>	<b>486.907</b>	<b>13.382.679</b>
Ingressos	-	-	4.331.155	314.281	-	4.645.436
Encargos financeiros	1.161	54.241	434.317	15.928	3.696	509.343
Custos de emissão	-	1.143	-	-	-	1.143
Custos incorridos	-	-	-	-	(40.708)	(40.708)
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(308.608)	-	-	(308.608)
Baixas (pagamentos)	(41.490)	(1.093.017)	(2.755.725)	(609.992)	(449.895)	(4.950.119)
<b>Saldo em 31.12.20</b>	<b>112</b>	<b>2.044.576</b>	<b>10.818.778</b>	<b>375.700</b>	<b>-</b>	<b>13.239.166</b>
Ingressos	-	-	1.018.428	176.179	-	1.194.607
Encargos financeiros (nota 26)	13	5.643	180.128	2.608	-	188.392
Custos de emissão	-	252	-	-	-	252
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(54.042)	-	-	(54.042)
Baixas (pagamentos)	(37)	(1.020.315)	(658.100)	(43.871)	-	(1.722.323)
<b>Saldo em 31.03.21</b>	<b>88</b>	<b>1.030.156</b>	<b>11.305.192</b>	<b>510.616</b>	<b>-</b>	<b>12.846.052</b>

**e) Captações e pagamentos**

A seguir, apresentamos um resumo das captações e dos pagamentos ocorridos durante o trimestre findo em 31 de março de 2021.

	Consolidado			
	31.03.21			
	Captações	Pagamentos		Total
	Principal	Encargos		
<b>Empréstimos - Instituições financeiras</b>	-	(36)	(1)	(37)
PSI	-	(36)	(1)	(37)
<b>Debêntures</b>	-	(1.000.000)	(20.315)	(1.020.315)
5ª emissão	-	(1.000.000)	(20.315)	(1.020.315)
<b>Financiamentos - Fornecedores</b>	<b>176.179</b>	<b>(41.499)</b>	<b>(2.372)</b>	<b>(43.871)</b>
<b>Arrendamentos</b>	<b>1.018.428</b>	<b>(498.877)</b>	<b>(159.223)</b>	<b>(658.100)</b>
<b>Total</b>	<b>1.194.607</b>	<b>(1.540.412)</b>	<b>(181.911)</b>	<b>(1.722.323)</b>

## Notas Explicativas

### 20) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Passivos contratuais (contratos com clientes) (1)	527.133	529.099	527.206	529.179
Alienação de ativos imobilizados (2)	101.887	107.367	101.887	107.367
Subvenções governamentais (3)	47.689	50.474	47.689	50.474
Outras	59.086	59.125	59.086	59.224
<b>Total</b>	<b>735.795</b>	<b>746.065</b>	<b>735.868</b>	<b>746.244</b>
Circulante	514.151	506.778	514.178	506.806
Não circulante	221.644	239.287	221.690	239.438

- (1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.
- (2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e *rooftops*) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (3) Refere-se aos valores de: (i) subvenção decorrente de recursos obtidos de linha de financiamento, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; (ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.

### 21) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 29)	966.961	948.862	973.180	954.581
Obrigações com a ANATEL (1)	539.841	523.606	539.841	523.606
Retenções de terceiros (2)	221.682	215.873	224.613	219.169
Valores a restituir a clientes	45.373	43.991	46.434	44.973
Obrigações com partes relacionadas (nota 27)	122.281	21.718	133.786	33.831
Outras obrigações	46.008	47.657	46.201	48.646
<b>Total</b>	<b>1.942.146</b>	<b>1.801.707</b>	<b>1.964.055</b>	<b>1.824.806</b>
Circulante	510.727	389.103	526.769	406.831
Não circulante	1.431.419	1.412.604	1.437.286	1.417.975

- (1) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP e a prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP no Estado do Rio de Janeiro, concedida pela ANATEL em 29 de novembro de 2020 (notas 1.b e 12).
- (2) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

### 22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

## Notas Explicativas

A Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV (“Lei das S.A.”) estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 253 da Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei das S.A..

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 era de R\$63.571.416.

A seguir, apresentamos a composição do capital social em 31 de março de 2021.

	Total	
	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>		
<b>Grupo Controlador</b>	<b>1.244.241.119</b>	<b>73,58%</b>
Telefônica Latinoamérica Holding	407.279.213	24,09%
Telefônica	503.329.803	29,77%
SP Telecomunicações Participações	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile	936.513	0,05%
<b>Outros acionistas</b>	<b>442.221.952</b>	<b>26,15%</b>
<b>Ações em tesouraria</b>	<b>4.521.852</b>	<b>0,27%</b>
<b>Total de ações emitidas</b>	<b>1.690.984.923</b>	<b>100,00%</b>
Ações em tesouraria	(4.521.852)	
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>1.686.463.071</b>	

### b) Reservas de capital

As informações das reservas de capital são as mesmas da nota explicativa 23) Patrimônio Líquido, item b, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Com relação às ações em tesouraria, durante o trimestre findo em 31 de março de 2021, houve a aquisição de 1.711.100 ações ordinárias, no montante total de R\$75.698, decorrente do Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2021 era de R\$186.239, composto por 4.521.852 ações ordinárias (R\$110.541 em 31 de dezembro de 2020, composto por 2.810.752 ações ordinárias).

### c) Reservas de lucro

As informações das reservas de capital são as mesmas da nota explicativa 23) Patrimônio Líquido, item c, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

#### d.1) Juros sobre o Capital Próprio Intermediários de 2021

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram aprovadas, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas (“AGO”) a ser realizada em 2022, as destinações de juros sobre o capital próprio intermediários, relativo ao exercício social de 2021, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 683/12, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2021, conforme segue:

## Notas Explicativas

Natureza	Datas			Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
	Aprovação	Crédito	Início do pagamento			
JSCP	12/02/21	26/02/21	até 31/07/22	150.000	127.500	0,07556126592
JSCP	18/03/21	31/03/21	até 31/07/22	270.000	229.500	0,13608362017
<b>Total</b>				<b>420.000</b>	<b>357.000</b>	

### d.2) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos de 2020

Em 23 de fevereiro de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas as datas dos pagamentos dos juros sobre o capital próprio e dividendos referente ao exercício de 2020, conforme descritos no quadro abaixo, os quais serão apreciados na AGO de 15 de abril de 2021.

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor líquido por ação	
	Aprovação	Crédito	Início do pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	14/02/20	28/02/20	13/07/21	85.373	184.627	270.000	72.567	156.933	229.500	0,12745554999	0,14020110499
JSCP	19/03/20	31/03/20	13/07/21	47.430	102.570	150.000	40.315	87.185	127.500	0,07080863888	0,07788950277
JSCP	17/06/20	30/06/20	13/07/21	284.578	615.422	900.000	241.891	523.109	765.000	0,42485183332	0,46733701665
JSCP	17/09/20	28/09/20	13/07/21	205.528	444.472	650.000	174.699	377.801	552.500	0,30683743517	0,33752117869
JSCP	16/11/20	27/11/20	13/07/21	400.000	-	400.000	340.000	-	340.000	0,20136681027	-
JSCP	11/12/20	28/12/20	13/07/21	260.000	-	260.000	221.000	-	221.000	0,13091066300	-
Dividendos	11/12/20	28/12/20	05/10/21	1.200.000	-	1.200.000	1.200.000	-	1.200.000	0,71082712945	-
<b>Total</b>				<b>2.482.909</b>	<b>1.347.091</b>	<b>3.830.000</b>	<b>2.290.472</b>	<b>1.145.028</b>	<b>3.435.500</b>		

### d.3) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

### e) Outros resultados abrangentes acumulados

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controle conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos.



**Notas Explicativas**

	Controladora / Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
<b>Saldos em 31.12.19</b>	<b>(9.081)</b>	-	<b>39.818</b>	<b>30.737</b>
Ganhos com conversão	-	-	24.599	24.599
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(56)	-	-	(56)
<b>Saldos em 31.03.20</b>	<b>(9.137)</b>	-	<b>64.417</b>	<b>55.280</b>
Ganhos com conversão	-	-	14.409	14.409
Perdas com contratos futuros	-	(4.147)	-	(4.147)
Ganhos com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	346	-	-	346
<b>Saldos em 31.12.20</b>	<b>(8.791)</b>	<b>(4.147)</b>	<b>78.826</b>	<b>65.888</b>
Ganhos com conversão	-	-	6.521	6.521
Ganhos com contratos futuros	-	8.910	-	8.910
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(29)	-	-	(29)
<b>Saldos em 31.03.21</b>	<b>(8.820)</b>	<b>4.763</b>	<b>85.347</b>	<b>81.290</b>

**f) Programa de recompra de ações da Companhia**

Em 28 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social e da Instrução CVM nº 567, aprovou um novo Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia.

A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante nas informações trimestrais ("ITRs") com data base 30 de junho de 2020 (R\$1,165 bilhões), excetuadas as reservas referidas no artigo nº 7º, § 1º, da ICVM 567.

Este programa terá vigência até 27 de janeiro de 2022, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares.

As quantidades máximas autorizadas para aquisição serão de 38.320.512 ações ordinárias.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2021, foram adquiridas 1.711.100 ações ordinárias, no montante total de R\$75.698.

**g) Resultado por ação**

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação nos trimestres. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

Com a conclusão da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia, a partir de 23 de novembro de 2020, a Companhia possui apenas ações ordinárias, conforme a nota explicativa 23) Patrimônio Líquido, item a.1), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

## Notas Explicativas

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020:

	Controladora	
	1º Trimestre de 2021	1º Trimestre de 2020
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	942.135	1.153.456
Ordinárias	942.135	364.720
Preferenciais	n/a	788.736
Quantidade de ações, em milhares:	1.687.233	1.688.694
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	1.687.233	569.354
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	n/a	1.119.340
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias (R\$)	0,56	0,64
Ações preferenciais (R\$)	n/a	0,70

### 23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2021	1º Trimestre de 2020	1º Trimestre de 2021	1º Trimestre de 2020
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>15.952.196</b>	<b>15.628.369</b>	<b>16.035.926</b>	<b>15.803.639</b>
Serviços (1)	14.366.679	14.283.765	14.448.655	14.457.849
Mercadorias (2)	1.585.517	1.344.604	1.587.271	1.345.790
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(5.173.218)</b>	<b>(4.955.297)</b>	<b>(5.186.987)</b>	<b>(4.978.972)</b>
<b>Tributos</b>	<b>(3.263.761)</b>	<b>(3.221.420)</b>	<b>(3.277.445)</b>	<b>(3.245.137)</b>
Serviços	(2.961.068)	(3.018.489)	(2.974.387)	(3.041.610)
Mercadorias	(302.693)	(202.931)	(303.058)	(203.527)
<b>Descontos concedidos e devoluções</b>	<b>(1.909.457)</b>	<b>(1.733.877)</b>	<b>(1.909.542)</b>	<b>(1.733.835)</b>
Serviços	(1.381.161)	(1.261.288)	(1.381.246)	(1.261.292)
Mercadorias	(528.296)	(472.589)	(528.296)	(472.543)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>10.778.978</b>	<b>10.673.072</b>	<b>10.848.939</b>	<b>10.824.667</b>
<b>Serviços</b>	<b>10.024.450</b>	<b>10.003.988</b>	<b>10.093.022</b>	<b>10.154.947</b>
<b>Mercadorias</b>	<b>754.528</b>	<b>669.084</b>	<b>755.917</b>	<b>669.720</b>

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.

Não há nenhum cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020.

## Notas Explicativas

## 24) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Controladora				
1º Trimestre de 2021				
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(179.925)	(672.047)	(126.881)	(978.853)
Serviços de terceiros	(1.881.592)	(1.481.459)	(265.877)	(3.628.928)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(283.280)	(14.756)	(9.381)	(307.417)
Impostos, taxas e contribuições	(419.965)	(5.821)	(16.090)	(441.876)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(352.589)	-	(352.589)
Depreciação e amortização	(2.308.948)	(377.753)	(216.583)	(2.903.284)
Custo das mercadorias vendidas	(770.798)	-	-	(770.798)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(14.694)	(44.099)	(8.122)	(66.915)
<b>Total</b>	<b>(5.859.202)</b>	<b>(2.948.524)</b>	<b>(642.934)</b>	<b>(9.450.660)</b>

Controladora				
1º Trimestre de 2020				
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(191.087)	(669.762)	(96.833)	(957.682)
Serviços de terceiros	(1.680.160)	(1.506.361)	(267.016)	(3.453.537)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(343.957)	(15.040)	(14.960)	(373.957)
Impostos, taxas e contribuições	(417.391)	(9.520)	(12.270)	(439.181)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(450.782)	-	(450.782)
Depreciação e amortização	(2.163.510)	(368.010)	(211.741)	(2.743.261)
Custo das mercadorias vendidas	(625.981)	-	-	(625.981)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(8.627)	(22.628)	(7.338)	(38.593)
<b>Total</b>	<b>(5.430.713)</b>	<b>(3.042.103)</b>	<b>(610.158)</b>	<b>(9.082.974)</b>

Consolidado				
1º Trimestre de 2021				
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(204.595)	(676.741)	(131.160)	(1.012.496)
Serviços de terceiros	(1.889.503)	(1.477.215)	(268.335)	(3.635.053)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(284.555)	(13.846)	(10.235)	(308.636)
Impostos, taxas e contribuições	(423.886)	(5.820)	(16.212)	(445.918)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(363.902)	-	(363.902)
Depreciação e amortização (1)	(2.309.644)	(377.853)	(217.790)	(2.905.287)
Custo das mercadorias vendidas	(772.519)	-	-	(772.519)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(15.769)	(44.103)	(8.496)	(68.368)
<b>Total</b>	<b>(5.900.471)</b>	<b>(2.959.480)</b>	<b>(652.228)</b>	<b>(9.512.179)</b>

**Notas Explicativas**

	Consolidado			
	1º Trimestre de 2020			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(209.219)	(673.488)	(105.746)	(988.453)
Serviços de terceiros	(1.687.950)	(1.502.352)	(269.527)	(3.459.829)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(346.547)	(14.493)	(15.544)	(376.584)
Impostos, taxas e contribuições	(426.111)	(9.520)	(12.582)	(448.213)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(454.726)	-	(454.726)
Depreciação e amortização (1)	(2.163.793)	(368.196)	(212.701)	(2.744.690)
Custo das mercadorias vendidas	(627.162)	-	-	(627.162)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(10.245)	(22.632)	(7.477)	(40.354)
<b>Total</b>	<b>(5.471.027)</b>	<b>(3.045.407)</b>	<b>(623.577)</b>	<b>(9.140.011)</b>

(1) Inclui os montantes consolidados de R\$633.731 e R\$514.089 para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

**25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2021	1º Trimestre de 2020	1º Trimestre de 2021	1º Trimestre de 2020
Multas e despesas recuperadas	214.897	81.420	215.216	82.210
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 18) (1)	25.858	(147.272)	24.329	(146.628)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	68.173	140.194	67.473	140.194
Outras receitas (despesas) operacionais	(95.167)	20.657	(94.082)	1.668
<b>Total</b>	<b>213.761</b>	<b>94.999</b>	<b>212.936</b>	<b>77.444</b>
Outras receitas operacionais	308.928	242.271	307.018	224.072
Outras despesas operacionais	(95.167)	(147.272)	(94.082)	(146.628)
<b>Total</b>	<b>213.761</b>	<b>94.999</b>	<b>212.936</b>	<b>77.444</b>

(1) Os montantes do 1º trimestre de 2021, incluem os efeitos da reversão de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs de período não lançado (nota 18).

## Notas Explicativas

### 26) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2021	1º Trimestre de 2020	1º Trimestre de 2021	1º Trimestre de 2020
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	28.628	41.910	29.857	45.167
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	21.256	23.987	21.479	24.310
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	31.857	37.724	31.857	37.724
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (depósitos judiciais, tributos e outros)	21.035	147.622	22.874	151.830
Outras receitas financeiras	11.321	37.095	11.354	37.108
<b>Total</b>	<b>114.097</b>	<b>288.338</b>	<b>117.421</b>	<b>296.139</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 19) (1)	(188.367)	(139.456)	(188.392)	(139.473)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	(25.920)	(60.327)	(25.920)	(60.327)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(35.233)	(30.283)	(35.783)	(30.243)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias (contingências, fornecedores, tributos e outros)	(127.312)	(230.184)	(130.225)	(236.224)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(51.368)	(23.912)	(51.676)	(24.371)
<b>Total</b>	<b>(428.200)</b>	<b>(484.162)</b>	<b>(431.996)</b>	<b>(490.638)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(314.103)</b>	<b>(195.824)</b>	<b>(314.575)</b>	<b>(194.499)</b>

(1) Inclui os montantes consolidados de R\$180.128 e R\$91.810 para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente, referente à encargos de arrendamentos.

### 27) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

#### a) Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes e refere-se a:

- Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica.
- Serviços de TV digital contratados.
- Venda de produtos digitais e criação de um canal de banda exclusivo que responde à demanda comercial por esses serviços e produtos digitais.
- Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido.
- Direito de uso de determinadas licenças de *softwares* e serviços de manutenção e suporte contratados.
- Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão contratados.
- Operações com empresas do Grupo Telefônica referentes à compra de conteúdo de *internet*, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência.
- Serviços de *marketing*.

## Notas Explicativas

- i) Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas.
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas.
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional.
- l) Reembolsos a serem pagos ou recebidos referentes a despesas e gastos diversos.
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca.
- n) Serviço de suporte técnico em informática.
- o) *Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referentes ao negócio digital.
- p) Aluguel de prédios.
- q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *Roaming*.
- r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a educação e formação em modalidade *e-Learning*.
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefônica.
- t) Investimento Social. A Fundação Telefônica utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social.
- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica e contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias.
- v) Plataforma *Adquira Sourcing*, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de diversos tipos de bens e serviços.
- w) Mídia Digital, serviços de comercialização e exploração de Marketing Digital *in-store* e *outdoor*.
- x) Operações de torres entre a Companhia e a Telxius Torres Brasil. A operação consiste na alienação de ativos de infraestrutura de propriedade da Companhia, em conjunto com a cessão dos contratos de compartilhamento, com posterior cessão de uso de espaço das referidas infraestruturas para a Companhia.
- y) Valores a serem ressarcidos para SP Telecomunicações Participações em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks.

Conforme descrito na nota 29, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A Telefônica Corretora de Seguros ("TCS") atua como intermediadora em transações entre seguradoras e a Companhia e suas controladas na aquisição de seguros para celular, riscos operacionais, responsabilidade civil geral, seguros garantia, dentre outros. Não há saldos decorrentes da intermediação de seguros com a TCS, a qual é remunerada diretamente pela seguradora contratada.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas.

## Notas Explicativas

Balanco Patrimonial - Ativo							
Empresas	Natureza da transação	31.03.21			31.12.20		
		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos
<b>Controladoras</b>							
SP Telecomunicações Participações	d) / l) / p)	-	11	10.029	-	8	9.876
Telefónica Latinoamerica Holding	l)	-	-	22.626	-	-	19.188
Telefónica	l) / c)	-	-	4.904	-	-	4.796
		-	<b>11</b>	<b>37.559</b>	-	<b>8</b>	<b>33.860</b>
<b>Outras empresas do grupo</b>							
Colombia Telecomunicaciones	k) / l)	-	143	-	-	151	-
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / l) / p)	-	3.479	265	-	3.113	221
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	347	-	-	330	-
Telefónica Venezolana	k) / l)	-	7.406	2.196	-	6.852	2.196
Telefónica Digital España	g) / l)	-	1.153	-	-	1.151	-
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	-	967	66	-	8.919	62
Telefónica International Wholesale Services II, S.L.	a) / j) / k)	-	55.096	-	-	54.249	-
Telefónica Serviços de Ensino	a) / d) / p)	-	37	5	-	130	24
Telefónica Moviles Argentina	j) / k)	-	6.237	-	-	5.883	-
Telefónica Moviles España	k)	-	1.839	-	-	1.783	-
Telefónica USA	j)	-	2.053	-	-	4.126	-
Telfisa Global BV	q)	67.998	-	-	47.313	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / l) / p)	-	5.724	298	-	4.624	223
Telxius Torres Brasil	a) / d) / p) / x)	-	996	16.699	-	960	9.164
Terra Networks Mexico, Terra Networks Peru e Terra Networks Argentina	g) / h)	-	6.100	-	-	5.617	-
Telefónica Cyber Tech Brasil	a) / d) / j) / p)	-	683	19.749	-	439	23.416
T. IoT Big Data Tech ESP	o)	-	2.033	-	-	-	-
Outras		-	7.301	3.806	-	7.014	3.669
		<b>67.998</b>	<b>101.594</b>	<b>43.084</b>	<b>47.313</b>	<b>105.341</b>	<b>38.975</b>
<b>Total</b>		<b>67.998</b>	<b>101.605</b>	<b>80.643</b>	<b>47.313</b>	<b>105.349</b>	<b>72.835</b>

## Notas Explicativas

		Balço Patrimonial - Passivo			
		31.03.21		31.12.20	
<b>Empresas</b>	Natureza da transação	Fornecedores	Outros passivos e arrendamentos	Fornecedores	Outros passivos e arrendamentos
<b>Controladoras</b>					
SP Telecomunicações Participações	y)	-	27.477	-	27.599
Telefónica	l) / m)	4.442	100.549	8.274	673
		<b>4.442</b>	<b>128.026</b>	<b>8.274</b>	<b>28.272</b>
<b>Outras empresas do grupo</b>					
Colombia Telecomunicaciones	k)	178	-	157	-
Fundação Telefónica Media Networks Latin America S.A.C.	t)	4.200	4	-	-
Telefónica International Wholesale Services Brasil	b)	5.258	-	5.660	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	f) / l)	37.777	318	52.161	318
	k)	832	-	769	-
Telefónica Venezolana	k)	6.041	-	6.038	-
Telefónica Compras Electrónica	v)	39.313	-	32.187	-
Telefónica Digital España	o)	122.803	-	115.899	-
Telefónica Factoring do Brasil	s)	-	715	-	1.551
Telefónica Global Technology	e)	45.711	-	30.535	-
Telefónica International Wholesale Services II, S.L.	f) / k)	69.744	-	80.254	-
Telefónica Serviços de Ensino	r)	4.196	-	4.480	-
Telefónica Mviles Argentina	k)	1.207	-	757	-
Telefónica Mviles España	k)	1.357	-	1.283	-
Telefónica USA	f)	20.132	294	12.688	269
Telxius Cable Brasil	f) / l)	44.756	1.572	18.937	1.572
Telxius Torres Brasil	l) / x)	76.097	1.440.753	74.655	1.393.898
Terra Networks Mexico, Terra Networks Peru e Terra Networks Argentina	h)	3.189	-	5.231	-
Telefónica Cyber Tech Brasil	n)	20.008	-	15.131	-
Companhia AIX Participações	u)	2.238	90.596	-	78.236
T. IoT Big Data Tech Esp	o)	22.214	-	-	-
T. CyberCloud Tech Esp	o)	6.627	-	-	-
Outras		13.414	223	24.243	223
		<b>547.292</b>	<b>1.534.475</b>	<b>481.065</b>	<b>1.476.067</b>
<b>Total</b>		<b>551.734</b>	<b>1.662.501</b>	<b>489.339</b>	<b>1.504.339</b>
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores (nota 15)		551.734	-	489.339	-
Arrendamento (nota 19)		-	347.915	-	346.291
Outros passivos (nota 21)		-	133.173	-	33.244
<b>Passivo não circulante</b>					
Arrendamento (nota 19)		-	1.180.800	-	1.124.217
Outros passivos (nota 21)		-	613	-	587



## Notas Explicativas

Demonstração dos Resultados							
Empresas	Natureza da transação	1º Trimestre de 2021			1º Trimestre de 2020		
		Receita operacional	Receitas (custos, despesas e outras despesas) operacionais	Resultado financeiro	Receita operacional	Receitas (custos, despesas e outras despesas) operacionais	Resultado financeiro
<b>Controladoras</b>							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	3	140	-	2	140	-
Telefônica Latinoamerica Holding	l)	-	3.437	-	-	7.419	4.415
Telefônica	l) / m)	-	(93.388)	(7.059)	-	(111.861)	(18.191)
		<b>3</b>	<b>(89.811)</b>	<b>(7.059)</b>	<b>2</b>	<b>(104.302)</b>	<b>(13.776)</b>
<b>Outras empresas do grupo</b>							
Colombia Telecomunicaciones	k) / l)	4	(51)	-	58	(279)	-
Fundação Telefônica	l) / t)	-	(4.204)	-	-	(4.200)	-
Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	1.525	(26.465)	-	29	(25.058)	-
Media Networks Latin America S.A.C.	b)	-	(5.258)	(159)	-	(7.111)	(1.024)
Telefônica Serviços de Ensino	a) / d) / p) / r)	71	(6.170)	-	262	(7.510)	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	15	(74)	-	59	(1.370)	-
Telefônica Venezuelana	k)	(45)	(3)	599	(406)	(5.710)	484
Telefônica Compras Electrónica	v)	-	(7.288)	-	-	(7.049)	-
Telefônica Digital España	g) / l) / o)	-	(36.313)	(11.283)	272	(17.345)	(21.681)
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	819	62	(729)	570	62	223
Telefônica Global Technology	e)	-	(22.026)	(1.239)	-	(19.326)	(5.727)
Telefônica Internacional Wholesale Services II, S.L.	a) / f) / j) / k)	16.068	(11.569)	1.314	16.113	(27.145)	8.903
Telefônica Moviles Argentina	j) / k)	-	(149)	134	1.762	(1.445)	200
Telefônica Moviles España	k)	-	(63)	-	184	(982)	-
Telefônica USA	f) / j)	148	(7.443)	92	5	(7.957)	570
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	3.269	(60.493)	(3.185)	3.242	(76.070)	(5.184)
Telxius Torres Brasil	a) / d) / p) / x)	2.401	(426)	(23.534)	824	1.301	(5.684)
Terra Networks Mexico, Terra Networks Peru e Terra Networks Argentina	h)	-	(800)	(45)	12	(1.392)	109
Telefônica Cyber Tech Brasil	a) / n) / d) / j) / p)	380	(23.412)	-	-	-	-
Companhia AIX Participações	a) / u)	5	-	(2.506)	-	-	-
T. IoT Big Data Tech Esp	o)	-	(14.449)	(1.552)	-	-	-
T. CyberCloud Tech Esp	o)	-	(4.396)	(494)	-	-	-
Outras		1.157	(2.030)	203	1.473	(5.204)	652
		<b>25.817</b>	<b>(233.020)</b>	<b>(42.384)</b>	<b>24.459</b>	<b>(213.790)</b>	<b>(28.159)</b>
<b>Total</b>		<b>25.820</b>	<b>(322.831)</b>	<b>(49.443)</b>	<b>24.461</b>	<b>(318.092)</b>	<b>(41.935)</b>

**b) Remuneração dos administradores**

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 foi de R\$8.035 e R\$7.886, respectivamente. Destes montantes, R\$4.707 (R\$4.446 em 31 de março de 2020) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$3.328 (R\$3.440 em 31 de março de 2020) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

## Notas Explicativas

Para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

### 28) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

Os detalhes destes planos são os mesmos divulgados na nota explicativa 29) Planos de Remuneração Baseados em Ações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Os principais planos em vigor em 31 de março de 2021 eram:

- Talent for the Future Share Plan ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas em nível global:

Ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): com 122 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 101.000 ações da Telefónica. Para este ciclo houve o atingimento de 50% dos indicadores com entrega em 30 de março de 2021 para 122 executivos ativos de 101.000 ações da Telefónica.

Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 144 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 111.000 ações da Telefónica.

Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 163 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 130.800 ações da Telefónica.

- Performance Share Plan ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:

Ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): com 93 executivos ativos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 738.453 ações da Telefónica. Para este ciclo houve o atingimento de 50% dos indicadores, com entrega em 30 de março de 2021 para 89 executivos ativos de 365.520 ações da Telefónica.

Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 91 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 896.911 ações da Telefónica.

Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 103 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 591.812 ações da Telefónica.

- Plano Global de Direitos sobre Ações da Telefónica: Global Employee Share Plan ("GESP")

O ciclo deste plano tem vigência de 1º de julho de 2019 a 31 de junho de 2021.

A entrega das ações destes planos está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24) e correspondem a R\$5.481 e R\$3.823 para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2020, respectivamente.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos consolidados do passivo dos planos mencionados acima eram de R\$100.661 e R\$86.296, respectivamente, incluindo tributos.

## Notas Explicativas

### 29) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 30) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A seguir, apresentamos a movimentação e saldos consolidados dos planos superavitários e deficitários:

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
<b>Saldos em 31.12.20</b>	<b>165.062</b>	<b>(954.581)</b>	<b>(789.519)</b>
Custo do serviço corrente	(461)	(5.425)	(5.886)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	2.991	(18.835)	(15.844)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	297	5.661	5.958
Distribuição de reservas	(21.427)	-	(21.427)
<b>Saldos em 31.03.21</b>	<b>146.462</b>	<b>(973.180)</b>	<b>(826.718)</b>
<b>Em 31.12.20</b>			
Ativo circulante	82.935	-	82.935
Ativo não circulante	82.127	-	82.127
Passivo circulante	-	(22.155)	(22.155)
Passivo não circulante	-	(932.426)	(932.426)
<b>Em 31.03.21</b>			
Ativo circulante	86.950	-	86.950
Ativo não circulante	59.512	-	59.512
Passivo circulante	-	(22.155)	(22.155)
Passivo não circulante	-	(951.025)	(951.025)

### 30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

#### a) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamento mercantil indexados ao IPCA. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

## Notas Explicativas

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

### a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

## Notas Explicativas

Descrição	Consolidado			
	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
	31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
<b>Contratos de swaps</b>				
<b>Ponta Ativa</b>	<b>538.996</b>	<b>411.650</b>	<b>73.263</b>	<b>69.416</b>
Moeda estrangeira	459.965	316.322	13.323	1.265
US\$ (1)	183.578	97.753	5.497	306
EUR (1)	90.486	91.863	747	888
NDF US\$ (3)	185.901	126.706	7.079	71
Taxa pós	31.119	44.560	418	127
CDI (1)	31.119	44.560	418	127
Índices de inflação	47.912	50.768	59.522	68.024
IPCA (2)	47.912	50.768	59.522	68.024
<b>Ponta Passiva</b>	<b>(538.996)</b>	<b>(411.650)</b>	<b>(66.643)</b>	<b>(74.980)</b>
Taxa pós	(321.976)	(240.384)	(66.624)	(67.609)
CDI (1) (2)	(321.976)	(240.384)	(66.624)	(67.609)
Taxa pré	(185.901)	(126.706)	-	(6.662)
NDF US\$ (3)	(185.901)	(126.706)	-	(6.662)
Moeda estrangeira	(31.119)	(44.560)	(19)	(709)
US\$ (1)	(31.119)	(44.560)	(19)	(709)
<b>Ponta ativa</b>			<b>73.263</b>	<b>69.416</b>
Circulante			18.763	5.902
Não Circulante			54.500	63.514
<b>Ponta passiva</b>			<b>(66.643)</b>	<b>(74.980)</b>
Circulante			(208)	(8.864)
Não Circulante			(66.435)	(66.116)
<b>Valores a receber (pagar), líquidos</b>			<b>6.620</b>	<b>(5.564)</b>

- (1) Swap de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R\$91.385) e (dólar e CDI x dólar) (R\$158.657) – operações de swap contratadas com vencimentos até 21 de maio de 2021, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$90.655 em euro e libra, e de R\$160.298 em dólar).
- (2) Swap IPCA x CDI (R\$235.951) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA (valor contábil de R\$265.789).
- (3) NDF US\$ x R\$ (R\$211.138) – operações a termo contratadas com vencimentos até 11 de junho de 2021, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de contratos de serviços (valor contábil de R\$211.138 em dólar).

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de swap e opções em 31 de março de 2021:

**Notas Explicativas**

	Consolidado						Valor a receber (pagar) em 31.03.21
	Vencimento em						
Contrato de <i>swap</i>	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	6.056	-	-	-	-	-	6.056
CDI x Moeda Estrangeira	399	-	-	-	-	-	399
IPCA x CDI	5.021	5.277	4.982	4.629	4.413	(31.236)	(6.914)
NDF US\$ x Pré	7.079	-	-	-	-	-	7.079
<b>Total</b>	<b>18.555</b>	<b>5.277</b>	<b>4.982</b>	<b>4.629</b>	<b>4.413</b>	<b>(31.236)</b>	<b>6.620</b>

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados líquidos consolidados positivos de R\$5.937 e negativos R\$22.603, respectivamente (nota 26).

a.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de março de 2021.

## Notas Explicativas

Operação	Fatores de Risco	Consolidado		
		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	91.385	114.232	137.078
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(93.824)	(117.280)	(140.736)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	3.169	3.961	4.753
	<b>Exposição Líquida</b>	<b>730</b>	<b>913</b>	<b>1.095</b>
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	158.657	198.321	237.986
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(415.418)	(519.272)	(623.126)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	255.120	318.900	382.680
	<b>Exposição Líquida</b>	<b>(1.641)</b>	<b>(2.051)</b>	<b>(2.460)</b>
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	235.951	220.381	206.545
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(265.789)	(250.152)	(236.252)
	<b>Exposição Líquida</b>	<b>(29.838)</b>	<b>(29.771)</b>	<b>(29.707)</b>
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US\$)	211.138	263.923	316.707
OPex em US\$	OPex (Risco aumento US\$)	(211.138)	(263.923)	(316.707)
	<b>Exposição Líquida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<i>Hedge</i> (ponta CDI)				
<i>Hedge</i> US\$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	218.233	202.645	188.791
<i>Hedge</i> IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(187.187)	(187.187)	(187.187)
	<b>Exposição líquida</b>	<b>31.046</b>	<b>15.458</b>	<b>1.604</b>
<b>Exposição líquida total em cada cenário</b>		<b>297</b>	<b>(15.451)</b>	<b>(29.468)</b>
<b>Efeito líquido na variação do valor justo atual</b>		<b>-</b>	<b>(15.748)</b>	<b>(29.765)</b>

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de março de 2021 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	5,6973	7,1216	8,5460
EUR	6,6826	8,3533	10,0240
IPCA	5,20%	6,50%	7,80%
IGPM	31,10%	38,88%	46,65%
CDI	2,65%	3,31%	3,98%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2021, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

## Notas Explicativas

### **b) Valor justo**

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data da mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer dos períodos demonstrados nos quadros a seguir, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados anteriormente.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo.

A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.



## Notas Explicativas

		Controladora				
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		6.611.813	5.517.354	6.611.813	5.517.354
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		8.131.156	8.174.784	8.131.156	8.174.784
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	18.763	5.902	18.763	5.902
<b>Não Circulante</b>						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		42.669	46.051	42.669	46.051
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		383.648	379.898	383.648	379.898
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	54.500	63.514	54.500	63.514
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>15.242.549</b>	<b>14.187.503</b>	<b>15.242.549</b>	<b>14.187.503</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		7.748.787	6.636.448	7.748.787	6.636.448
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Custo amortizado		490.635	375.756	490.636	375.772
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.515.744	2.260.404	2.515.744	2.260.404
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado		1.030.156	1.044.668	1.031.531	1.030.528
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	208	8.864	208	8.864
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Custo amortizado		20.069	51	20.066	49
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.786.542	8.555.044	8.786.542	8.555.044
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado		-	999.908	-	986.662
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	66.435	66.116	66.435	66.116
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>20.658.576</b>	<b>19.947.259</b>	<b>20.659.949</b>	<b>19.919.887</b>

## Notas Explicativas

Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Consolidado			
		Saldo contábil		Valor justo	
		31.03.21	31.12.20	31.03.21	31.12.20
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado	6.897.933	5.762.081	6.897.933	5.762.081
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	8.149.685	8.182.667	8.149.685	8.182.667
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	18.763	5.902	18.763	5.902
	Nível 2				
<b>Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado	42.887	46.280	42.887	46.280
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	383.648	379.898	383.648	379.898
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	54.500	63.514	54.500	63.514
	Nível 2				
<b>Total de ativos financeiros</b>		<b>15.547.416</b>	<b>14.440.342</b>	<b>15.547.416</b>	<b>14.440.342</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado	7.776.437	6.613.004	7.776.437	6.613.004
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Custo amortizado	490.635	375.756	490.636	375.772
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	2.517.241	2.262.048	2.517.241	2.262.048
	Nível 2				
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado	1.030.156	1.044.668	1.031.531	1.030.528
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	208	8.864	208	8.864
	Nível 2				
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Custo amortizado	20.069	51	20.066	49
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	8.787.591	8.556.735	8.787.591	8.556.735
	Nível 2				
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado	-	999.908	-	986.662
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	66.435	66.116	66.435	66.116
	Nível 2				
<b>Total de passivos financeiros</b>		<b>20.688.772</b>	<b>19.927.150</b>	<b>20.690.145</b>	<b>19.899.778</b>

### c) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o trimestre findo em 31 de março de 2021, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de direitos creditórios (FIDC).

### d) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

## Notas Explicativas

### d.1) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$28.136 mil, €13.488 mil e £66 mil a pagar em 31 de março de 2021 e US\$3.845 mil, €14.508 mil e £66 mil a pagar em 31 de dezembro de 2020, para minimizar seus riscos cambiais.

### d.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$6.813.025 e R\$5.570.106 em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

### d.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 19, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

O perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

### d.4) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

## Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

### d.5) Riscos socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, remediações, ajustamento de conduta, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações, além de danos à nossa reputação frente ao mercado. A constatação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

### d.6) Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos contratos de concessão e das autorizações da Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a principal reguladora do setor de telecomunicações no país, regula, entre outras coisas: políticas e regulamentação do setor; licenciamento; taxas e tarifas; concorrência, incluindo, a capacidade da Companhia de crescer através da aquisição de outras empresas de telecomunicações; padrões de serviço, técnicos e de qualidade; direitos do consumidor; penalidades e outras sanções interconexão e acordos; e obrigações de serviço universal.

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil está evoluindo continuamente. A interpretação e cumprimento de regulamentos, a avaliação de atendimento de normas e a flexibilidade de autorizações reguladoras estão marcadas pela incerteza. A Companhia opera sob autorizações e uma concessão do governo brasileiro, e a capacidade de manter estas autorizações e concessões é uma pré-condição para o sucesso da Companhia. No entanto, devido à natureza mutável do marco regulatório brasileiro, a Companhia não pode assegurar que a ANATEL não modificará adversamente os termos das autorizações e/ou licenças. De acordo com as autorizações e licenças da Companhia para operar, a Companhia deve cumprir requisitos específicos e a manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Se a Companhia cometer alguma falha em cumprir essas exigências pode resultar na imposição de multas, penalidades ou outras reações regulamentares, incluindo o término das autorizações e concessões para operar. Uma rescisão parcial ou total de quaisquer autorizações, licenças e concessões da Companhia para operar teria um efeito adverso substancial sobre nos negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Nos últimos anos, a ANATEL tem revisado e introduzido mudanças regulatórias, especialmente com relação a medidas de concorrência assimétricas e taxas de interconexão cobradas entre operadoras locais de serviços de telecomunicações. Medidas de concorrência assimétricas podem incluir regulamentos destinados a reequilibrar os mercados em que um participante de mercado tem poder de mercado distinto sobre outros concorrentes. A adoção de medidas desproporcionalmente assimétricas poderia prejudicar substancialmente os negócios, situação financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Com relação a tarifas de interconexão, essas são uma parte importante das bases de receita e custo da Companhia. Essas taxas são cobradas entre os prestadores de serviços de telecomunicações, a fim de permitir o uso interconectado entre elas de suas redes. Na medida em que mudanças nas regras sobre as tarifas de interconexão reduzem o valor das tarifas que a Companhia pode receber ou cobrar, os negócios, condição financeira, receitas, resultados de operações e perspectivas da Companhia poderiam ser afetados de modo adverso.

## Notas Explicativas

Portanto, o negócio, os resultados das operações, receitas e condições financeiras da Companhia poderiam ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte: a introdução de exigências operacionais e/ou de serviço novas ou mais rigorosas; a concessão de licenças de operação em nossas áreas; limitações em tarifas de interconexão que a Companhia possa cobrar de outras prestadoras de serviços de telecomunicações; imposição de multas significativas por falhas no cumprimento de obrigações regulatórias; atrasos na concessão de, ou falta de concessão de, aprovações para aumentos de tarifas; e limitações antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE.

### d.7) Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 31 de março de 2021, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$900.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

### d.8) Compliance

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do *US Foreign Corrupt Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que os funcionários, conselheiros, diretores, sócios, executivos, representantes e prestadores de serviços da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

A Companhia desenvolve e implementa iniciativas para assegurar a melhoria contínua de seu programa de *compliance*, por meio de uma estrutura organizacional e de governança que garante uma atuação pautada na ética, transparência e respeito às leis e regulamentos aplicáveis.

### d.9) Potencial impacto da pandemia do Coronavírus (COVID-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (“COVID-19”), pandemia que impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de suprimentos globais, criou significativa volatilidade e perturbação nos mercados financeiros e resultou em uma desaceleração econômica. O surto e a rápida disseminação da COVID-19 resultaram em uma redução substancial das atividades comerciais em todo o mundo e estão causando o enfraquecimento das condições econômicas, tanto no Brasil quanto no exterior.

Como parte dos esforços para conter a disseminação da COVID-19, durante um período, os governos federais, estaduais e municipais impuseram várias restrições à condução de negócios e viagens. Restrições governamentais, como pedidos de estadia em casa, quarentena e absenteísmo dos trabalhadores, levaram a um número significativo de fechamentos e desacelerações de negócios. Tais restrições impactaram de forma adversa a Companhia e alguns de seus clientes e fornecedores, os quais operaram durante um período com uma fração de suas capacidades ou paralisaram totalmente suas operações, o que prejudicou as vendas da Companhia.

## Notas Explicativas

À medida que os eventos em torno da pandemia da COVID-19 continuaram a ocorrer durante o ano de 2020, estendendo-se até hoje, o foco principal da Companhia foi e continuará sendo a saúde, segurança e bem-estar de seus colaboradores, clientes e fornecedores. Para continuar suas operações, conforme permitido pelos respectivos governos federais, estaduais e municipais, a Companhia adotou inúmeras medidas de segurança, a fim de proteger seus colaboradores, clientes e fornecedores. Essas medidas incluem, entre outras, a adesão a protocolos de distanciamento social, permitindo que a maioria de seus colaboradores trabalhe em casa, suspendendo viagens não essenciais, desinfetando instalações e espaços de trabalho extensiva e frequentemente, suspendendo visitantes não essenciais e exigindo a utilização de máscaras faciais para os colaboradores que precisam estar presentes nas instalações da Companhia. A Companhia espera continuar com essas medidas de segurança e poderá tomar outras ações ou adaptar as suas políticas, conforme as exigências e orientações das autoridades governamentais ou de acordo com o melhor interesse de seus colaboradores, clientes e fornecedores.

As medidas impostas pelos governos federais, estaduais e municipais, resultando em uma redução substancial das atividades comerciais, geralmente excluíam certas empresas e serviços essenciais, a exemplo dos serviços de telecomunicações. Isso permitiu à Companhia continuar prestando seus principais serviços de forma ininterrupta.

Como resultado da desaceleração econômica global causada pela pandemia da COVID-19, a Companhia experimentou uma demanda reduzida e, por consequência, alguns impactos nos negócios e resultados. O prolongamento dessa situação pode ter um efeito adverso significativo nas economias e nos mercados financeiros globais, bem como nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Os possíveis efeitos nos negócios da Companhia dependerão da intensidade e extensão da pandemia da COVID-19, em que pese a campanha de vacinação no Brasil, iniciada em janeiro de 2021.

Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de prever com precisão os impactos no negócio, pois dependerá da evolução dos seguintes fatores:

- A duração e o escopo da pandemia;
- Ações governamentais, empresariais e individuais que foram e continuam sendo tomadas em resposta à pandemia;
- O impacto da pandemia na atividade econômica e ações tomadas em resposta;
- O tempo que levará para a atividade econômica retornar aos níveis anteriores;
- O efeito sobre os clientes da Companhia e a demanda por seus produtos e serviços;
- Capacidade da Companhia de continuar vendendo seus produtos e serviços, inclusive com pessoas que trabalham em casa;
- Capacidade dos clientes da Companhia de pagar por seus produtos e serviços; e
- Quaisquer fechamentos das instalações da Companhia e das instalações de seus clientes e fornecedores.

Dentre os principais impactos decorrentes da COVID-19 em 2021, destacamos:

- Redução das atividades comerciais em nossas lojas devido fechamento temporário no período; e
- A Companhia manteve a seus clientes a possibilidade de se efetuar parcelamentos com pagamentos em até 10 parcelas, livres de multas e juros.

No trimestre findo em 31 de março de 2021, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações e continuamos avaliando e acompanhando as respostas governamentais e desempenho econômico e os respectivos impactos em nossa operação.

### 31) COMPROMISSOS CONTRATUAIS

A Companhia e suas controladas possuem compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de março de 2021, os valores nominais totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

## Notas Explicativas

	Consolidado
1 a 12 meses	1.429.424
13 a 24 meses	1.319.222
25 a 36 meses	1.296.793
37 a 48 meses	540.585
49 a 60 meses	388.329
A partir de 61 meses	873.058
<b>Total</b>	<b>5.847.411</b>

### 32) INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa consolidados para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020.

	Consolidado						
	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais		Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa		
	Saldos em 31.12.20	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamentos e financiamento a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 31.03.21
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.865.998	(145)	-	-	-	358.906	4.224.759
Empréstimos e financiamentos	375.812	(41.535)	(2.373)	2.621	176.179	-	510.704
Arrendamentos	10.818.778	(498.877)	(159.223)	126.086	1.018.428	-	11.305.192
Debêntures	2.044.576	(1.000.000)	(20.315)	5.895	-	-	1.030.156
Instrumentos financeiros derivativos	5.564	8.114	-	(20.298)	-	-	(6.620)
<b>Total</b>	<b>17.110.728</b>	<b>(1.532.443)</b>	<b>(181.911)</b>	<b>114.304</b>	<b>1.194.607</b>	<b>358.906</b>	<b>17.064.191</b>

	Consolidado						
	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais		Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa		
	Saldos em 31.12.19	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamentos e financiamento a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 31.03.20
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.587.417	-	-	-	-	358.579	3.945.996
Empréstimos e financiamentos	1.045.124	(405.906)	(10.961)	11.410	56.257	-	695.924
Arrendamentos	9.191.151	(558.194)	(97.832)	85.127	497.387	-	9.117.639
Debêntures	3.104.350	-	(55.768)	33.627	-	-	3.082.209
Instrumentos financeiros derivativos	(16.030)	(7.361)	-	22.601	-	-	(790)
Contraprestação contingente	484.048	-	-	2.859	-	-	486.907
<b>Total</b>	<b>17.396.060</b>	<b>(971.461)</b>	<b>(164.561)</b>	<b>155.624</b>	<b>553.644</b>	<b>358.579</b>	<b>17.327.885</b>

## Notas Explicativas

### b) Principais transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa

A seguir, apresentamos as principais transações que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos e ingressos de financiamentos com fornecedores.

	Consolidado	
	31.03.21	31.03.20
Ingressos de financiamentos com fornecedores	176.179	56.257
Aquisição de ativos por meio de arrendamentos	1.018.428	497.387
<b>Total</b>	<b>1.194.607</b>	<b>553.644</b>

### 33) PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A COMPANHIA E A DOTZ S.A. (“Dotz”)

Em 25 de março de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002, (“ICVM 358”), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou um memorando de entendimentos vinculante com a Dotz e suas empresas subsidiárias (“Grupo Dotz”), para a formalização de parceria estratégica com foco em intensificar a relação comercial atualmente existente entre as empresas. A nova parceria tem o objetivo de viabilizar, dentre outros, (i) a extensão do prazo do atual acordo comercial entre a Companhia e a Dotz por cinco anos; (ii) a ampliação da atuação da plataforma Dotz no ecossistema da Companhia, com foco principal na fidelização e engajamento dos clientes da Companhia; (iii) a disponibilização da Conta Digital Dotz aos clientes da Companhia; e (iv) a disponibilização de produtos e serviços da Companhia no ecossistema da Dotz.

Desta maneira, as empresas esperam ampliar suas bases de clientes e a oferta de produtos e/ou serviços, além de fomentar o desenvolvimento de novas iniciativas estratégicas.

No âmbito da parceria, a Companhia passará a deter o direito de receber, de determinados acionistas da Dotz, uma participação minoritária no capital social da Dotz, a depender do atingimento de metas acordadas.

Através desta iniciativa, a Companhia reforça seu posicionamento como um *hub* de serviços digitais, alavancando-se na capilaridade de seus canais de venda e força da marca, para oferecer serviços e benefícios a seus clientes em diferentes áreas, além de aumentar a participação da Companhia em negócios de alto valor.

A operação encontra-se sujeita à negociação e celebração dos documentos definitivos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 25 de março de 2021.

### 34) EVENTOS SUBSEQUENTES

#### a) Aprovação pelo CADE da Joint Venture (Companhia, TEF Infra e CDPQ)

Em decisão publicada no Diário Oficial da União (“DOU”) em 6 de abril de 2021, a Superintendência-Geral do CADE aprovou sem restrições o contrato de *joint venture* entre Companhia, TEF Infra e CDPQ, via FiBrasil (nota 1.d).

Na análise do ato de concentração, a Superintendência-Geral do CADE não identificou preocupações concorrenciais nos mercados avaliados. Além disso, ficou demonstrado que a operação poderá ter efeitos pró-competitivos, na medida em que representa a desverticalização, em parte, entre a Companhia e a FiBrasil, com relação à operação de redes de fibra como infraestrutura para telecomunicações e serviços do atacado para outras operadoras de serviços de telecomunicações.

Como a TEF Infra, faz parte do Grupo Telefónica (Espanha), esta Operação estava sujeita à aprovação da autoridade de defesa da concorrência da União Europeia, ocorrida em 22 de abril de 2021. Também está sujeita à aprovação regulatória da ANATEL, mas até a conclusão destas ITRs, a ANATEL não havia se pronunciado a respeito deste assunto.

Em 23 de abril de 2021, após o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação, o CADE publicou no DOU a certidão de trânsito em julgado com a aprovação sem restrições da decisão da Superintendência-Geral do CADE de 6 de abril de 2021.



## Notas Explicativas

### b) Parceira estratégica entre a Companhia e a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF")

Em 8 de abril de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002, ("ICVM 358"), informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou um memorando de entendimentos vinculante com a CDF, para a formalização de parceria com foco em intensificar a relação comercial atualmente existente entre as empresas.

Através da parceria com a CDF, empresa que é um *marketplace* de soluções de assistência residencial e tecnológica, a Companhia busca ser referência, no mercado brasileiro, na oferta de serviços de suporte tecnológico para a casa conectada, ampliando o portfólio de serviços existente que passa a incluir desde os serviços de suporte técnico, até outras áreas como configuração de rede Wi-Fi e física e instalação e configuração de dispositivos inteligentes, os quais terão forte crescimento em função da evolução esperada da internet das coisas (IoT).

No âmbito da parceria, a Companhia passará a deter o direito de adquirir uma participação minoritária no capital social da CDF, a depender do atingimento de determinadas metas.

Esta iniciativa reforça o posicionamento da Companhia como um *hub* de serviços digitais, atendendo a todas as necessidades de tecnologia de seus clientes, além de aumentar a participação da Companhia em negócios de alto valor.

A operação encontra-se sujeita à negociação e celebração dos documentos definitivos no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 8 de abril de 2021, bem como à aprovação prévia da autoridade antitruste brasileira.

### c) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Destinações do Resultado do exercício de 2020

Em AGO realizada em 15 de abril de 2021, foram aprovadas, por maioria dos votos dos detentores das ações ordinárias presentes, as demonstrações financeiras e destinações do resultado do exercício de 2020. Os detalhes das destinações do resultado são os mesmos divulgados na nota explicativa 23) Patrimônio Líquido, item d), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Tendo em vista as aquisições de ações próprias mantidas em tesouraria no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia, ocorridas no trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia divulgou um Comunicado ao Mercado em 15 de abril de 2021, informando que o valor por ação ordinária do dividendo adicional proposto foi atualizado para 0,94181786762. Este dividendo será pago em 5 de outubro de 2021, sendo creditado individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 15 de abril de 2021.

### d) Crédito de juros sobre o capital próprio

Em reunião realizada em 15 de abril de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2022, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2021, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 683/12, no montante bruto de R\$280.000, equivalente a 0,16611398457 por ação ordinária, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$238.000, equivalente a 0,14119688689 por ação ordinária, apurados com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2021.

O pagamento destes proventos será realizado até 31 de julho de 2022, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 30 de abril de 2021.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas

Telefônica Brasil S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telefônica Brasil S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora

Contador CRC 1SP168728/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, o Diretor da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concorda com as Informações Trimestrais ("ITRs") da Companhia relativas ao primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2021, e baseado nas discussões subsequentes, concorda que tais ITRs, refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes.

São Paulo, 10 de maio de 2021

David Melcon Sanchez-Friera

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, o Diretor da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado, declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais ("ITRs") da Companhia relativas ao primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2021, não havendo qualquer discordância com relação à tais ITRs.

São Paulo, 10 de maio de 2021.

David Melcon Sanchez-Friera

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores